



PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

A política estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, contemplada na diretriz “Preservar e Recuperar o Meio Ambiente e sua Sustentabilidade”, visa à melhoria da qualidade de vida dos baianos, considerando as limitações e as vulnerabilidades dos ecossistemas e a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a garantia da qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico. Dessa forma, também tem em vista a otimização do uso de energia, matérias-primas e insumos, com a economia dos recursos naturais e a redução da geração de resíduos líquidos, sólidos e gasosos.

Para alcançar estes objetivos, o Governo da Bahia age através da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e dos órgãos a ela vinculados, como o Instituto do Meio Ambiente – IMA, o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá e a Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb, que buscam trabalhar para cumprir suas atribuições de forma integrada e complementar.

A Bahia vem desenvolvendo diversas ações dentro do programa Gestão dos Recursos Hídricos para o Desenvolvimento Sustentável. Entre elas, a gestão ambiental participativa em assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a adequação ambiental deles através da recuperação das áreas de preservação permanente, com ênfase em matas ciliares e nascentes. O programa também objetiva o combate à seca, visando promover a mobilização social e institucional para a discussão sobre desertificação e a recuperação de ecossistemas degradados, promovendo a convivência harmoniosa com a região do semiárido, com foco no bem-estar das comunidades envolvidas. A idéia é elevar a qualidade de vida com ações de preservação e conservação do solo e da água, ampliando de forma sustentável a capacidade produtiva. Inclui-se aí o incentivo ao

manejo agroecológico da caatinga, para atingir, desta forma, a gestão democrática dos recursos naturais.

Ainda no âmbito deste programa estão sendo realizados estudos de viabilidade de barragens na sub-bacia do Rio Gavião, bem como estudo de regime de vazões ambientais, além de contratação de consultoria para elaboração de estudos de viabilidade do complexo adutor de Anagé-Conquista e para elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas do Recôncavo Norte e Inhamupe, do Rio Salitre e dos rios Verde e Jacaré. Também está sendo desenvolvida a proposta de enquadramento dos corpos d’água, visando o abastecimento de água para uso humano e rural, geração de emprego e renda, elaboração de plano participativo de operação da Usina Hidrelétrica – UHE de Pedra do Cavalo, bem como regionalização das bacias hidrográficas e auxílio na construção de um conhecimento voltado para a utilização de demandas ambientais.

Visando ao monitoramento e controle ambiental, o Governo do Estado conta com o programa Monitora, que em 2009 avançou na consolidação do Sistema Estadual de Informação sobre Recursos Hídricos – SEIRH através da elaboração da resolução que instituiu a nova divisão hidrográfica do Estado da Bahia, da elaboração da instrução normativa que dispõe sobre a coleta de dados geoespaciais e do desenvolvimento e implantação do sistema informatizado de gerenciamento dos processos de recursos hídricos, dentre outras ações estruturantes, dando à administração pública mais governança para atuar neste âmbito.

A elaboração do cadastro estadual de usuários dos recursos hídricos, a fiscalização do uso das

água de domínio estadual e o monitoramento qualiquantitativo das águas do Estado são ações que igualmente colaboram para que o Governo possa utilizar, de forma efetiva, a ferramenta de gestão que é o programa Monitora.

Com a perspectiva de planejamento de médio e longo prazo, associada aos objetivos de sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento da Bahia, o Governo do Estado vem coordenando ações que têm como princípio garantir e ampliar a preservação e a gestão do patrimônio natural em todo o território baiano, potencializando o controle social efetivo e contribuindo para a satisfação das necessidades e aspirações das presentes e futuras gerações.

Para contribuir com a conservação e a sustentabilidade do patrimônio natural, existe o Projeto Corredor Ecológico, que realizou, em 2009, atividades de planejamento, oficinas de trabalho e capacitação, reuniões de alinhamento com o Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e visitas técnicas às regiões dos Parques Nacionais.

No que tange às unidades de conservação, que são espaços territoriais com recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, outras áreas continuam sendo identificadas e, em 2009, foram emitidos processos de Anuência Prévia – AP, Orientação Prévia – OP e Parecer Técnico – PT.

Oito planos de manejo foram elaborados em 2009, o que corresponde a oito unidades de conservação que estão com planos de gestão prontos.

Isso possibilita o uso e a criação de normas para a unidade, inclusive no que se refere à utilização para fins turísticos. Entende-se o termo manejo como um conjunto de intervenções que promovam a conservação biológica, incluindo inventários, planejamento, implantação de unidades de conservação e ações coordenadas que viabilizem a manutenção.

O manejo de unidades é o conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação de áreas protegidas, incluindo as atividades afins, tais como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo dos recursos, bem como as atividades de administração ou gerenciamento.

Como existe o interesse do Governo do Estado na participação da sociedade, há o incentivo e apoio aos conselhos gestores, que funcionam como mediadores nas relações entre o governo e a sociedade civil, possibilitando o exercício da cidadania e da democracia.

Outro item que colabora para os resultados na conservação e sustentabilidade do patrimônio natural é a regularização fundiária, questão importante para as unidades de conservação, pelo fato de garantir o zoneamento e a efetiva gestão dessas áreas. Na Bahia, através de aquisição e indenizações, o Governo do Estado vem regularizando muitas áreas.

Nas páginas seguintes, são apresentadas as principais realizações da diretriz.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Governo do Estado executa programas de Educação Ambiental, estabelecendo processos sociais, político-institucionais e práticas educativas que fortalecem a participação dos atores sociais e instituições públicas.

Universidade Popular das Águas – Unihidro

Cursos e Projetos em andamento

Em 2009, a Unihidro deu continuidade aos cursos de pós-graduação e extensão. Estão em andamento atualmente um curso de Extensão em Gestão Estratégica Pública – GEP, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, a segunda turma de mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente – MTCA, e dois programas de mestrado em fase de conclusão, fruto do convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs e com a Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc.

Vinte alunos concluíram o Curso de Especialização em Educação Ambiental para Sustentabilidade – Ceas, sendo que oito estão na fase de qualificação de projeto de Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente. Cinquenta e cinco alunos estão participando do curso de Extensão em Gestão Estratégica Pública – GEP.

Agentes Voluntários das Águas – AVA

O AVA surge a partir da necessidade de participação de sujeitos excluídos de processos de reflexão, ação e tomada de decisões sobre o uso sustentável dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade associada à qualidade e disponibilidade de água nos territórios baianos.

Durante o primeiro semestre, foi feita a capacitação, através deste programa, de comunidades e povos tradicionais das bacias hidrográficas do Rio Corrente (comunidades remanescentes dos Quilombos, Ribeirinhos e Fundo de Pasto), Rio Paraguaçu, Rio dos Frades, Buranhém e Santo Antônio. Sessenta e duas pessoas participaram das atividades promovidas pelos AVA nas comunidades de Arrojelândia, Brejo do Espírito Santo, Cafundó dos Crioulos, Porco Branco, Currais, Boa Sorte, Fundão, Assentamento Lontra, Tatu, Barrinha, Jacurutu, Montevidinha, Passaroto, Pedrinha e Prainha.

Afoxés e Povos de Terreiro

Para trabalhar a Educação Ambiental com esta população específica, deve-se considerar a concepção de que para as religiões de matriz africana a natureza é um espaço sagrado – “sem água, sem folha, não há orixá”. Tal concepção revela uma consonância com a atual preocupação mundial pela preservação do meio ambiente.

Promover ações formativas com os afoxés é ressaltar a preocupação milenar existente nas religiões de matriz africana e possibilitar o acesso às informações das políticas que garantem os direitos dos povos e comunidades tradicionais, favorecendo uma ação mais consciente e a emancipação dos sujeitos participantes deste projeto.

Foram realizadas ações no Forte de Santo Antônio (Forte da Capoeira) que contaram com a participação de 35 lideranças, sendo dez dos Terreiros de Candomblé e 25 dos afoxés que integram o Programa Carnaval Ouro Negro. As facilitadoras e facilitadores foram selecionados a partir da identificação e sensibilidade com o público.

A referida formação teve como desdobramento as oficinas de práticas religiosas sustentáveis em dez terreiros, operacionalizando o Projeto Águas Fontes da Vida (projeto de recuperação das nascentes nos terreiros). Também resultou na composição da música envolvendo o tema Água e Cultura a ser cantada e tocada por todos os afoxés no Carnaval/2010.

Resultados alcançados:

- Definir uma linha de educação ambiental para as comunidades tradicionais: afoxés e terreiros;
- Participação de 35 pessoas nas oficinas;
- Mobilização de 220 pessoas nas comunidades de terreiros;
- Estabelecimento de parceria com a SEPROMI;
- Constituição de espaço de diálogo e debate das questões próprias dos terreiros e afoxés.

Programa de Educação Florestal – PEF

O Programa de Educação Florestal – PEF visa, com ações educativas, à valorização da cobertura vegetal nos diversos biomas baianos.

Em 2009, o PEF realizou reuniões de parceiros para implantação do programa em Planaltino e concluiu a 2ª etapa das oficinas propostas em 2008, que contemplou 400 pessoas nos municípios de Itagi, Barra do Rocha, Lafayete Coutinho, Maracás e Jaguaquara.

Além disso, foram iniciadas as atividades dos Ciclos de Palestras do PEF que são abertas à comunidade em geral, discutindo temas como: Sustentabilidade das Florestas, Biodiversidade, Matas Ciliares e Uso do Solo e dos Recursos Florestais, no município de Jequié e distritos.

Comunidades Tradicionais

A atenção às populações classificadas como tradicionais tem demandado iniciativas que refletem uma compreensão mais precisa destes povos, do seu padrão de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais, de forma que não ocorra o agravamento das condições objetivas de manutenção dos padrões usuais de reprodução sociocultural.

Valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, com atenção ao seu padrão de uso dos recursos naturais tem sido o foco das ações de Educação Ambiental. É essa dimensão que será inserida nos planos e diretrizes para as políticas, na visão de que há nestas comunidades o conhecimento das particularidades do ecossistema de sua região.

Essa via é a de inclusão dos povos e comunidades tradicionais num conceito de sustentabilidade e na garantia de sua participação na construção de uma política na qual sejam também atendidos.

Merecem destaque, ainda, as ações iniciadas para atender às deliberações definidas pela I Conferência Nacional de Juventude, que demandou a implementação de uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente que inclua a elaboração participativa de um Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Ciente de seu papel frente à formação socioambiental da juventude no Estado, a SEMA iniciou, em 2009, processo para elaborar o Programa Estadual de Juventude e Meio Ambiente e suas estratégias de consolidação.

Política e Programa de Educação Ambiental

Prioridade da administração estadual, a elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental iniciou o processo de consulta pública em 2008, com a realização de seminários nos 26 territórios de identidade. O processo foi concluído com as contribuições obtidas nas consultas públicas realizadas em todos os Territórios de Identidade, no período entre novembro de 2008 e maio de 2009.

Para atingir esse objetivo a consulta pública foi estruturada com ênfase na divulgação e análise da minuta do Projeto de Lei, tendo como base a contextualização da Educação Ambiental num processo que resultou no fortalecimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea/Ba, da Rede de Educação Ambiental, Coletivos Educadores, Coletivos Jovens, Salas Verdes e demais articulações locais de educação ambiental.

A realização dos seminários possibilitou obter subsídios de todos os agentes envolvidos, para a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental e de planos para todos os territórios de identidade, e assim aprimorar as iniciativas em prol da articulação interinstitucional e da participação coletiva.

Os resultados dos seminários foram avaliados através de videoconferência realizada no Instituto Anísio Teixeira, em conjunto com a Secretaria de Educação/Rede Educação, e contou com a participação de vários municípios, como Valente, Riachão do Jacuípe, Euclides da Cunha, Alagoinhas e Vitória da Conquista.

Pautado no marco legal do Programa Nacional de Educação Ambiental e em seus pressupostos, a proposta de construção do Programa Estadual de Educação Ambiental visa desencadear ações que promovam a participação social nas decisões sobre questões de interesse público.

O projeto, conduzido por uma consultoria especializada contratada pela SEMA, foi iniciado em agosto de 2009, o texto final será concluído em março de 2010 e será validado pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea.

O programa configura-se como uma possibilidade real de definir princípios, normas, procedimentos,

linhas de ação e estratégias orientadoras de programas e projetos de Educação Ambiental e será o resultado do diálogo e da integração entre as instâncias governamentais e a sociedade civil num processo de construção dialógico e participativo.

Informações, Estudos e Formação Ambiental

A SEMA, por meio do IMA, no ano de 2009 promoveu o conhecimento ambiental em todo o Estado, atingindo os mais diversos públicos. Realizou estudos estratégicos, proporcionou a ampla troca de idéias sobre assuntos inovadores e essenciais à sustentabilidade e estruturou veículos para que todo esse conteúdo estivesse disponibilizado irrestritamente à sociedade, como apresentam as ações abaixo:

- Estruturação do Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos, espaço que tem como objetivo oferecer à sociedade um vasto acervo sobre a história do meio ambiente na Bahia, disponibilizando as visitações físicas, virtuais e a interatividade do público, permitindo, sobretudo, o acolhimento das manifestações de cunho socioambientais;
- Criação de dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono e Especialização em Gestão Ambiental Compartilhada e Governança Pública, vinculado ao Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC;
- Integrado ao Programa GAC, o IMA concluiu ainda o treinamento técnico para o licenciamento ambiental nos municípios, com 120 horas e participação de 104 gestores municipais que atuam na área ambiental do Estado da Bahia;
- O projeto Ciclo de Debates foi levado aos municípios de Vitória da Conquista, Feira de Santana, Camaçari e Simões Filho, mobilizando mais de 500 pessoas que estiveram presentes nas discussões sobre os conflitos ambientais de sua região;
- A realização de cinco palestras sobre temas socioambientais, dentro do Programa Quintas-feiras Ambientais 2009, agregou 724 pessoas vindas dos segmentos acadêmico, técnico, governamental, sociedade organizada, empresarial e político, entre outros;
- O curso de Produção mais Limpa contou com 44 técnicos do IMA, sobretudo aqueles atuan-

tes nas áreas de licenciamento e fiscalização ambiental;

- Ocorreram ainda várias palestras solicitadas no Estado e as capacitações:
- Em Produção mais Limpa, para a Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf;
- Em Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, para 120 pessoas da região de Irecê;
- “O Papel das Cooperativas de Materiais Recicláveis rumo à Sustentabilidade”, para cooperados da Cooperativa Coopmarc, de Camaçari;
- Em Inovações na Atividade Portuária e na Indústria Naval, contando com 56 participantes;
- Foram concluídas seis publicações pela Linha Editorial do IMA, intituladas: “Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento”; “VII Encontro com o Pensamento de Milton Santos”; “Construções Sustentáveis”; “Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono”; Caderno de Educação Ambiental ” e “Natureza”, de Milton Santos.

O IMA possui uma biblioteca especializada em temas ligados ao meio ambiente, com mais de 6.000 títulos, entre periódicos, livros técnicos/científicos e revistas.

CONTROLE AMBIENTAL

O Governo do Estado, através da SEMA, vem desenvolvendo ações que têm como princípio a cooperação institucional para a solução dos conflitos de uso ou proteção de recursos ambientais, antecipando as questões polêmicas que possam surgir por ocasião do licenciamento ambiental de projetos estruturantes e de suas eventuais consequências ambientais.

Em função das possíveis repercussões sobre a dinâmica da região e, principalmente, da pressão sobre os recursos ambientais, atua no nível de planos, políticas e programas, adotando o modelo de propor arranjos institucionais para a integração de objetivos e ações coordenadas das instituições que estão envolvidas, num contexto de compromisso e parceria com vistas ao cumprimento do que determina a Legislação Ambiental Estadual e as metas de qualidade ambiental que devem ser alcançadas.

Na qualidade de componente de Grupos Técnicos, criados pelo Governo do Estado, a SEMA, em 2009, trabalhou no desenvolvimento de uma agenda ambiental associada à implantação dos Estaleiros da Baía de Todos os Santos – BTS, Porto Sul e do Plano de Ação Integrada no Extremo Sul, possibilitando, dessa forma, equacionar de modo complementar as complexas relações entre os empreendimentos de infraestrutura e as questões socioambientais deles decorrentes.

Licenciamento Ambiental

Reestruturação do Licenciamento Ambiental

- **Gerenciamento da Carteira do Licenciamento Ambiental**

Foi implantado um sistema de gerenciamento de carteira, com acompanhamento semanal das pautas de trabalho dos técnicos, para cumprimento de metas compactuadas, dando mais agilidade e qualidade ao atendimento das demandas da sociedade.

O modelo licenciatório foi revisado, visando à sua qualificação e agilidade, tendo como um dos instrumentos de análise o convênio com a Ufba. Foi realizada também a análise e tratamento do passivo de processos acumulados, visando à sua resolução.

- **Avaliação Ambiental Estratégica – AAE**

Aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica para analisar políticas, planos e programas governamentais e/ou setoriais de desenvolvimento, com o objetivo de subsidiar as tomadas de decisão, levando em conta o diagnóstico e os cenários estratégicos levantados. A AAE é elaborada de forma pública e participativa. Estão em curso as AAE:

Sul da Bahia: Complexo Portuário, Industrial e Ferroviário;
Extremo Sul: Programa Agroindustrial;
Baía de Todos os Santos: Polo Estaleiro, Maricultura e de Turismo.

- **Termo de Compromisso e Responsabilidade Ambiental – TCRA**

Aplicação de instrumento mais ágil para licenciamento de tipologias específicas: TCRA para (I) atividades agrossilvopastoris, (II) assentamentos de reforma agrária, (III) postos de combustíveis, (IV) estações rádio-base e (V) fabricação de artefatos de madeira.

- **Oficinas preparatórias para audiências públicas**

A organização das oficinas preparatórias para audiências públicas de EIA/Rima, objetivando levar informação à comunidade e equacionar conflitos, tanto na etapa de definição do termo de referência orientador como do próprio EIA/Rima. O objetivo é assegurar maior participação, interlocução e influência das comunidades, nas quais as propostas são desenvolvidas ao longo do processo de diálogo entre empreendedores e comunidades. Os resultados das experiências têm sido muito bem avaliados, tanto por empresários quanto pelas comunidades envolvidas. As oficinas começaram a ser desenvolvidas em 2007. Até 2009, foram realizadas 62 oficinas em 22 municípios.

- **Licenciamento por polo agrícola e industrial**

Em conclusão: Agropolo de Mucugê/Ibicoara.
Em andamento: Polos industriais de Feira de Santana e Vitória da Conquista.

- **Capacitação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental**

Em 2009, foi estimulada a criação e reforço das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental – CTGA em órgãos ou empresas governamentais e privadas, visando fortalecer o autocontrole e a qualidade ambiental e agilidade do licenciamento.

Algumas Capacitações de CTGA Realizadas em 2009:
a) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, para criação da sua CTGA;
b) Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, objetivando fortalecer sua CTGA.

- **Elaboração de normas técnicas para orientar o licenciamento**

Concluída: Gerenciamento de riscos ambientais.
Em fase de conclusão: norma técnica de mineração.
Em andamento: norma técnica de empreendimentos urbanísticos, turísticos e de lazer; norma técnica de aquicultura; norma técnica de hospitais e clínicas.

Resultados do licenciamento ambiental

O resultado do licenciamento ambiental em 2009 é fruto de um trabalho de reestruturação iniciado em 2007. O trabalho gerencial utilizando novas ferramentas de gestão, agregado à chegada e atuação

de novos técnicos e ao gerenciamento da carteira, teve um grande salto quantitativo e qualitativo, que começa a aparecer de forma visível com o incremento considerável no número de processos de licenciamento finalizados em 2009, ao todo 2.851, conforme apresenta o Gráfico 1.

Fiscalização das atividades impactantes do meio ambiente

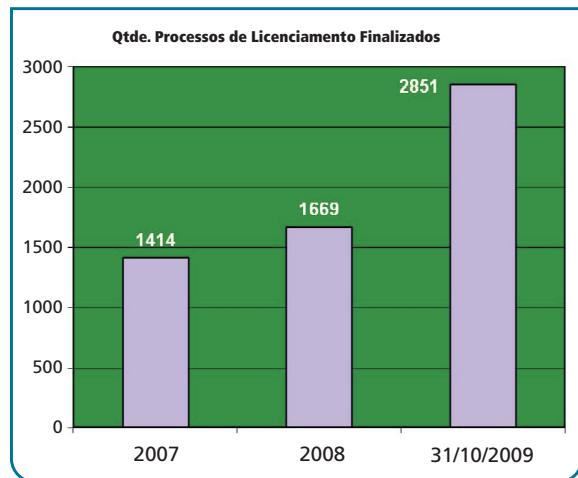
Em 2009, a Fiscalização Ambiental do Instituto do Meio Ambiente teve atenção voltada para a identificação e resolução de conflitos socioambientais por região, ampliando a descentralização de suas ações e fortalecendo a infraestrutura em novos municípios, passando a contar com 22 unidades regionais no interior do Estado.

Fiscalização do Corredor Central da Mata Atlântica

O Projeto Corredores Ecológicos – PCE tem como objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade a partir de ações que favoreçam a conectividade entre os remanescentes florestais, o planejamento das ações e a gestão socioambiental da paisagem.

A implementação do Sistema de Proteção Legal da Mata Atlântica – Sisprot, em parceria com o Ministério Público e a Polícia Militar, vem favorecendo a realização de operações especiais e de fiscalizações rotineiras, estabelecidas em uma agenda única voltada para a proteção desses corredores, conforme pode ser observado no Quadro 1.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DOS LICENCIAMENTOS FINALIZADOS PELO IMA BAHIA, 2009



Fonte SEMA/IMA

QUADRO 1

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA BAHIA, 2009

TÍTULO DA OPERAÇÃO	OBJETIVO	MUNICÍPIOS
Timbó	Verificar denúncias de devastação da Mata Atlântica	Ubaíra, Amargosa e Brejões
Operação Valença	Desmatamento	Valença, Taperoá, Camamu e Nilo Peçanha
Operação Cairu	Fiscalização em loteamentos irregulares, desmatamento e lançamento de efluentes	Cairu
Operação Camamu - Maraú	Operação de verificação de irregularidades ambientais	Maraú, Ibirapitanga, Canavieiras, Camamu, Arataca, Camacã e Itacaré
Operação Madeira de Lei	Fiscalização em Serrarias, com a utilização de organizado trabalho de investigação ambiental	Amargosa e Camamu

Fonte SEMA/IMA

Atendimento às Denúncias

Em 2009, foram registradas em média 1.800 denúncias no Instituto do Meio Ambiente – IMA, feitas pela sociedade, e foram atendidas aproximadamente 1.373 dessas ocorrências, o que corresponde a cerca de 76,3% do total.

Operações Planejadas de Fiscalização

Foram realizadas 29 Operações Planejadas de Fiscalização que trataram de temas importantes para a preservação dos ativos ambientais do Estado. O Quadro 2 apresenta algumas das operações realizadas:

QUADRO 2

**OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO
BAHIA, 2009**

TÍTULO DA OPERAÇÃO	OBJETIVO	LOCALIDADE
Operações de silvicultura	Fiscalização nos fomentos da atividade de silvicultura	Eunápolis, Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Jucuruçu, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda
Operação em carvoarias e Operação Mandacaru	Fiscalização em carvoarias	Jequié, Jitaúna, Ipiaú, Itagibá, Itagi, Dário Meira, Ubatã, Aiquara, Apuarema, Florestal, Jaguaquara, Ibirataia, Barra do Rocha, Lafayete Coutinho, Manoel Vitorino, Gongogi, Nova Ibiá, Barra da Estiva, Ituaçu, Irajuba, Itaquara, Camamu e Maracás
Operação Planejada Barragens Joanes e Ipitanga	Operações continuadas de fiscalização para identificação e repressão de ocorrências diversas no entorno das barragens Ipitanga I, II e III e Joanes I e II	Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila
Fiscalização Preventiva Integrada – FPI – Região Oeste – Etapa Educação Ambiental	Fiscalização em parceria com o Ministério Público, Crea, Ibama, DNPM, Ingá, Adab, PRF e Coppa a empreendimentos com risco de degradação ambiental e realização de oficinas de educação ambiental	Barra, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Buritirama, Mansidão, Xique-Xique, Morpará e Ibotirama, Jacobina e Miguel Calmon, Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Tabocas, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Feira da Mata
Operação Centro Industrial do Subaé CIS	Fiscalizar em preendimentos que operam sem a devida licença ambiental na região do Centro Industrial do Subaé	Feira de Santana

Continua

Conclusão do Quadro 2

Operação ETES	Operação Planejada em conjunto com o Ministério Público para fiscalização nas Estações de Tratamento de Esgoto	Itaberaba, Lençóis, Ipirá e Palmeiras
Operação Angico Tremedal	Fiscalização na região de Tremedal e Vitória da Conquista para verificação de desmatamentos	Tremedal e região de Vitória da Conquista
Copaíba – Bom Jesus da Lapa	Fiscalização na região de Bom Jesus da Lapa e região de Barreiras para verificação de desmatamentos	Bom Jesus da Lapa e região de Barreiras
Fiscalização do SES	Fiscalização dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios	Cruz das Almas, Castro Alves e Milagres
Operação Chapada Etapas 1, 2 e 3	Operação de prevenção e monitoramento de incêndios florestais na região da Chapada Diamantina	Lençóis, Rio de Contas e Morro do Chapéu
Operação Jequié	Fiscalizar desmatamento em área de supressão não autorizada de lenha	Jequié, Jitaúna, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Barra do Rocha, Ubatã, Jaguaquara, Florestal, Itiúba, Maracás, Manoel Vitorino, Lafayete Coutinho e Apuarema
Operação Guanambi	Fiscalizar as atividades de Cerâmica	Caculé, Guanambi, Candiba, Carinhanha, Ibiassucê, Igaporã, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Mortugaba, Tanque Novo e Urandi
Itaberaba	Ações de Fiscalização Ambiental na região de Itaberaba	Itaberaba, Abaíra, Piritiba, Mucugê e Rio de Contas.

Fonte: SEMA/Ingá

Monitoramento e Controle Ambiental

Consolidação do Sistema Estadual de Informação sobre Recursos Hídricos – SEIRH

Visando a consolidação do Sistema Estadual de Informações, o Governo do Estado, através do Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, desenvolveu as seguintes ações:

- Elaboração da Resolução nº 43 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, publicada em 3 de março de 2009, que institui a nova divisão hidrográfica do Estado da Bahia;
- Elaboração da Instrução Normativa – IN nº 14, publicada em 21 de setembro de 2009, que dispõem sobre a coleta de dados geoespaciais;
- Desenvolvimento e implantação do sistema Prohidros, sistema informatizado de gerenciamento dos processos de recursos hídricos – outorga, fiscalização e cadastro de usuários;
- Desenvolvimento e implantação do sistema Monitora, sistema de monitoramento da qualidade das águas;
- Estruturação do portal do Ingá;
- Estruturação do sítio dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Estruturação do sítio Conerh;
- Estruturação do sítio Meteorologia;
- Estruturação do sítio e GT do São Francisco;
- Implantação do sistema Biblioteca das Águas.

Elaboração do Cadastro Estadual de Usuários dos Recursos Hídricos

Com recursos aplicados da ordem de R\$ 900 mil, estão sendo desenvolvidas ações de monitoramento das águas superficiais dos rios baianos, no âmbito do Programa Monitora, bem como a realização de cadastramento de usuários dos recursos hídricos e ações fiscalizatórias, visando à coibição do uso irregular de recursos hídricos e à regularização dos usuários, bem como a promoção da conscientização desse público para o uso racional dos recursos hídricos.

A escolha das áreas prioritárias leva em consideração o diagnóstico das regiões onde se observa maior intensidade de conflitos pelo uso da água. Já foram escolhidas como prioritárias as seguintes áreas: sub-bacia do Rio Paramirim, na bacia do São Francisco, sub-bacia do Rio Brumado, na bacia do Rio de Contas, e sub-bacia do Rio Salitre, na bacia do São Francisco.

Foi realizado o cadastramento da Sub-bacia do Rio Juá. A meta é regularizar os usos atuais que são feitos das águas na região, através da concessão de outorgas em um prazo máximo de 60 dias; conhecer a quantidade de água que está sendo retirada da bacia pelos irrigantes, através de captações e poços perfurados, e coibir o uso acima do permitido nas áreas críticas, de alto risco de acidentes, com rachaduras e desabamentos do solo. A medida é uma das providências que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado para disciplinar o uso dos recursos hídricos da região, após a sucessão de eventos geológicos que determinaram restrições à captação de água em mananciais subterrâneos. A decisão foi publicada através da Portaria nº 420/09, no Diário Oficial do Estado.

Fiscalização do Uso das Águas de Domínio Estadual

• Campanhas de Fiscalização:

O Quadro 3 sintetiza as campanhas de fiscalização realizadas em 2009.

Além das campanhas foram feitas quatro ações de fiscalização nos municípios de Feira de Santana, Simões Filho e Alagoinhas. Os empreendimentos inspecionados foram os frigoríficos Campo do Gado e Cria Cisal e os curtumes Brespel e Suínos Raposo. Como resultado das ações e campanhas, até agora foram lavrados sete autos de infração com a penalidade de multa.

• Acompanhamento das outorgas:

O Governo do Estado concedeu, no período de janeiro a março de 2009, 1.076 outorgas, conforme Tabelas 1 e 2.

QUADRO 3
**CAMPANHAS DE FISCALIZAÇÃO
BAHIA, 2009**

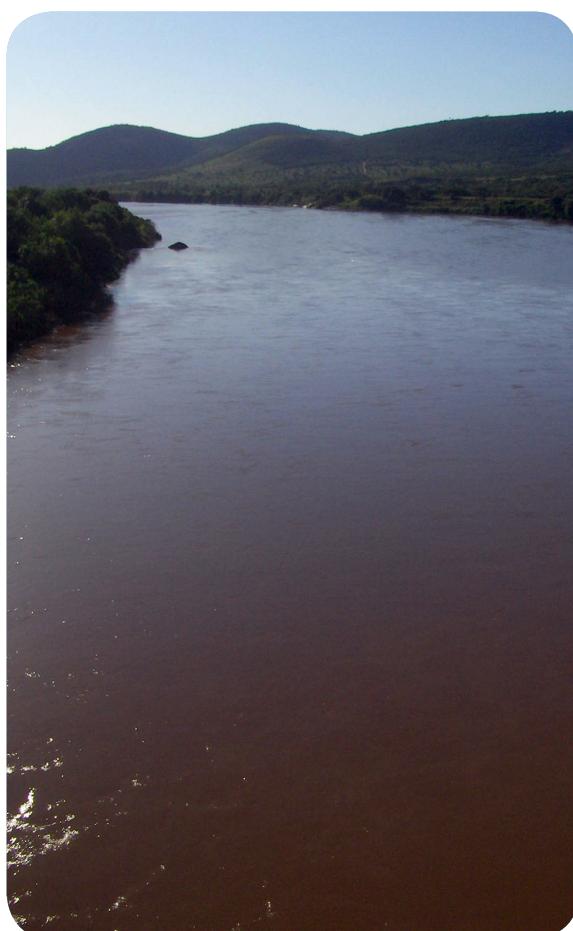
NOME DA OPERAÇÃO	MUNICÍPIOS	TIPO	BACIA
Busca Ville	Camaçari	Pontual	Recôncavo Norte
Serra do Orobó	Ruy Barbosa e outros	Pontual	Rio Paraguaçu
Córrego Tororão	Eunápolis e outros	Pontual	Extremo Sul
Manga Rosa	Livramento de N. Senhora	Sistêmica	Rio de Contas
Barragem do Apertado	Mucugê e Barra da Estiva	Sistêmica	Rio Paraguaçu
Barragem de Itiúba	Itiúba e adjacências	Pontual	Rio Itapicuru
19ª etapa FPI	Irecê	Pontual	Rios Verde e Jacaré
20ª etapa FPI	Barreiras e outros	—	—

Fonte: SEMA/Ingá

TABELA 1
**OUTORGAS CONCEDIDAS POR USO
BAHIA, 2009**

USOS MÚLTIPLOS	OUTORGAS CONCEDIDAS
Irrigação	220
Lançamento de Efluentes	49
Obras	69
Abastecimento Humano	28
Abastecimento Animal	5
Abastecimento Industrial	30
Piscicultura e Aquicultura	1
Renovação/Ampliação	287
TOTAL	689

Fonte: SEMA/Ingá



Rio Jequitinhonha

Crédito: SEMA/Ingá

TABELA 2

**OUTORGAS CONCEDIDAS POR VAZÃO
BAHIA, 2009**

BACIAS	MANANCIAL				TOTAL	
	Superficial m ³ /dia	Quant.	Subterrâneo m ³ /dia	Quant.	Vazão outorgada (m ³ /dia)	Quant. Outorgas
São Francisco	1.610.117	47	81.015	111	1.691.132	158
Vaza Barris, Itapicuru e Real	3.673	8	3.491	2	7.164	10
Paraguaçu, Inhambupe e Recôncavo Norte	52.524	70	68.740	30	121.264	100
Recôncavo Sul e Rio de Contas	5.666	35	838	5	6.504	40
Pardo, Jequitinhonha, Itanhém e Leste e Extremo Sul	808.200	75	2.066	4	810.266	79
TOTAL	2.480.180	235	156.150	152	2.636.330	387

Fonte: SEMA/INGÁ

Obs: considerando solicitações para barragens.

Monitoramento Qualquantitativo das Águas do Estado – Monitora

Dando seqüência ao programa Monitora, foram realizadas as seguintes ações:

Ampliação da malha amostral baseada em estudos da caracterização e ocupação do uso do solo;

- Aumento do número de parâmetros para os analitos água e sedimentos e adequação para cada ponto da rede amostral.
- Monitoramento de 96 rios (Mucuri, Alcobaça, Jucuruçu Braço Norte, Jucuruçu Braço Sul, Peruípe, Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Rio dos Frades, Caraíva, Jequitinhonha, Catolé Grande, Pardo, Almada, Colônia, Salgado, Lagoa Encantada, Rio Cachoeira, Rio do Antônio, Rio Brumado, Rio de Contas, Gavião, Gongoji, Jequiezinho, Ourives, Peixe, Almada, Dona, Jaguaripe, Jiquiriçá, Preto, Rio Ribeirão, Rio Una, Abaeté, Bandeira, Barragem de Imbassaí, Capivara, Pequeno, Itaboatã, Inhambupe, Ipitanga, Jacuípe, Jaguaribe, Joanes, Jacarecanga, Lamarão, Muriqueira, Petecada, Pojuca, Pitinga, Sauípe, São Paulo, Subaé, Subaúma, Traripe, Curimataí, Capivari, Jaçuípe, Riacho Principal, Paraguaçu, Crochó, Paratigi, Santo Antônio, Utinga, Aipim, Itapicuru-açu, Itapicuru-mirim, Itapicuru, Jacurici, Quinjingue, Rio do Ouro, Açude de Adustina, Real, Vaza-barris, São Francisco, Curiacá, Rio São Francisco, Salitre, Jacaré, Verde, Açude Macaúbas, Carnaíba de Dentro, Paramirim, Carinhanha, Itaguar, Rio das Fêmeas, Grande, Preto, Rio Branco, Rio de Janeiro, Rio das Ondas, Corrente, Formoso e Guaré) e 26 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA;
- Monitoramento dos rios urbanos de Salvador e área metropolitana através de convênio firmado com a Ufba/Escola de Administração;
- Projeto Caminhos das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. O projeto contemplou as bacias dos rios do Seixos (Barra /Centenário), Camarajipe, Coque, Ipitanga, Jaguaribe, Lucaia, Paraguari, Passa Vaca, Pedras / Pituaçu, Ilha de Maré e Ilha dos Frades;
- Levantamento das principais lagoas de Salvador e área metropolitana com diagnóstico e caracterização (morfologia e qualidade da águas) para elaboração de projeto de monitoramento dessas lagoas.

Em relação ao setor da hidrogeologia, foram elaborados estudos para subsidiar a proposta de uma rede de monitoramento para o urânio, com base nas microbacias hidrográficas na região de Lagoa Real – Caetité, além de uma apresentação sobre o monitoramento da extração de urânio para os técnicos do IMA, Ingá e da Secretaria da Saúde.

Foi elaborada uma proposta de mapeamento das estruturas rúpteis (rocha dura; granito) favoráveis a acumulação de água subterrânea em aquíferos fissuras (aquiúferos formados em rochas duras) e cársticos (formado em rochas calcárias) do Estado da Bahia, a ser realizado por meio de um convênio de cooperação técnica com o Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – Igufba. O objetivo é desenvolver técnica para elaboração de mapa hidrogeológico em região do cristalino e cárstico, que indicará onde será encontrada água nessas rochas, que cobre cerca 85% da área do Estado. E ainda um projeto para planejamento, implantação e operação da rede de Monitoramento Hidrogeológico do Estado, realizando identificação de áreas críticas, definição dos parâmetros de qualidade de água a serem monitorados e definição de um plano de monitoramento. Em 2009, foi feita a estimativa da Recarga do Aquífero Urucuia.

O refinamento dos Planos de Gestão Integrada dos Aquíferos Urucuia, São Sebastião e Irecê foi realizado, aprimorando os estudos visando à definição de padrões sustentáveis de exploração desses aquíferos.

No Polo Industrial de Camaçari foram feitos estudos com objetivo de calibrar o modelo matemático a ser utilizado no gerenciamento das águas subterrâneas na área, além de um plano para a gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região e seu entorno.

Monitoramento de Balneabilidade das Praias

O IMA vem dando continuidade ao monitoramento da qualidade das águas do litoral não só de Salvador como de todo o Estado. A avaliação das condições de balneabilidade das praias vem

sendo realizada semanalmente em 30 pontos de Salvador e, nos meses mais quentes do ano, em 79 novos pontos fora da capital, que foram reativados em 2008, após mais de dez anos sem acompanhamento sistemático.

Foram colocadas placas indicativas das condições de balneabilidade nos pontos monitorados em Salvador e Lauro de Freitas, no trecho inicial do litoral norte, orientando a população sobre as condições de banho.

Em janeiro de 2009, foi realizada uma campanha nos 79 novos pontos e serão realizadas mais três campanhas em outubro, novembro e dezembro. Os novos trechos que estão sendo monitorados são os seguintes:

- Litoral Norte (Costa dos Coqueiros): Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Conde e Jandaíra;
- Litoral de Salvador e Baía de Todos os Santos – BTS (Orla Metropolitana e Suburbana): Salvador/Ilha de Maré, Madre de Deus, Santo Amaro, Saubara, Jaguaribe, Vera Cruz e Itaparica;
- Litoral Baixo Sul (Costa do Dendê): Valença, Cairu, Ituberá, Camamu e Maraú;
- Litoral Sul (Costa do Cacau): Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras;
- Litoral Extremo Sul (Costa do Descobrimento): Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte;
- Litoral Extremo Sul (Costa da Baleia): Mucuri, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Prado.

As informações sobre as condições de balneabilidade das praias são disponibilizadas no Boletim Semanal, que é publicado no site do IMA (www.ima.ba.gov.br) e divulgado em outros meios de comunicação, da mídia externa.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS – BTS

Foi criado, em 2008, o Programa de Gestão Integrada da Baía de Todos os Santos, que é uma Ação Prioritária do Governo do Estado, objetivando aprofundar o conhecimento sobre a baía e contribuir com a recuperação e melhoria de sua qualidade ambiental.

Em 2009, as atividades foram desenvolvidas através de ações de fiscalização, da realização de um inventário de contaminação e do monitoramento da qualidade ambiental da Baía de Todos os Santos.

Fiscalização na Baía de Todos os Santos – BTS – PAC

As ações de fiscalização voltadas para a região da BTS aconteceram, sistematicamente, para coibir ações de degradação, com a fiscalização intensa de empreendimentos que funcionam no entorno da baía, de atividades que impactam diretamente na sua qualidade ambiental e combate à pesca com bomba. As ações contaram com a parceria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, com a Companhia de Policiamento e Proteção Ambiental – Coppa, e a Coordenação de Produtos Controlados da Polícia Civil – CPC/PC. Foram realizadas 11 operações na região, em 2009, quando foram apreendidos 23 explosivos, 12 espoletas, nove embarcações, seis espingardas e 316kg de pescado.

Inventário sobre a situação de contaminação da Baía de Todos os Santos

Foi elaborado um inventário, com base nas informações de processos de licenciamento existentes no IMA, e complementado com informações de campo levantadas por equipe multidisciplinar, no sentido de pesquisar as atividades com potencial de modificar a qualidade das águas da BTS, tais como: indústrias, projetos de carcinicultura, projetos agrícolas, aterros sanitários e lixões, pontos de lançamentos de esgotos domésticos, entre outros.

Esse inventário de fontes de contaminação/polução e de produtos químicos fará parte de um sistema georreferenciado, visando à interação com as demais informações ambientais geradas no IMA. O sistema será integrado ao sistema de gerenciamento de processos do IMA – Cerberus, estando ainda prevista a espacialização das informações, através do Geobahia. Essas ferramentas, usadas de forma integrada, serão de grande importância para a melhoria permanente da gestão ambiental da Baía de Todos os Santos.

Monitoramento da Qualidade Ambiental da Baía de Todos os Santos

As avaliações físico-química, fitoplanctônica e bioensaios de toxicidade foram realizadas nas regiões do perfilamento da porção Noroeste da Baía de Todos os Santos – BTS, área afetada pelo evento da Maré Vermelha, na região estuarina do Rio Paraguaçu e no litoral do município de Saubara.

Foi criado um projeto inovador de monitoramento ambiental para toda a região. No projeto, serão avaliados, de forma mais ampla e precisa, não só a qualidade ambiental das águas e do ar, como também o comportamento das correntes oceanográficas e dos ventos. O projeto foi formatado em parceria com o Departamento de Oceanografia, o Instituto de Química e o Instituto de Biologia da Ufba e prevê um funcionamento piloto pelo prazo de dois anos, que fornecerá informações para uma base definitiva de dados. Com o monitoramento proposto no projeto, será possível obter os níveis de contaminação e o comportamento oceanográfico da BTS.

Atendendo à reestruturação do licenciamento ambiental, o programa BTS, através do Instituto do Meio Ambiente, desenvolve a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE da BTS. Esse instrumento de gestão ambiental visa, a partir da avaliação de importantes fatores críticos que afetam a qualidade socioambiental da região, ao estabelecimento de diretrizes orientadoras que busquem a diminuição de impactos e apontem caminhos socioambientais sustentáveis para as ações de cada programa. Já em seu estado final, a AAE também colaborará com informações importantes para o Plano de Manejo da BTS sob responsabilidade da SEMA e para o licenciamento ambiental de empreendimentos.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO

Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental – Geobahia

Em maio de 2009, foi lançada a versão III do Geobahia, o melhor sistema de informação geográfico corporativo de gestão ambiental do

país, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Ainda na área de georreferenciamento, em 2009, foram concluídos o mapeamento de ocupações irregulares de empreendimentos de canicultura no litoral de todo o Estado da Bahia e o mapeamento da perda de cobertura vegetal nativa nos municípios de Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.

Foi realizada, também, a avaliação da cobertura vegetal das Reservas Legais – RL e das Áreas de Preservação Permanente – APP dos imóveis rurais da Veracel.

Gestão de Tecnologia da Informação

A Gestão de Tecnologia da Informação tem um trabalho constante de manutenção e aprimoramento dos sistemas existentes, como o Cerberus – sistema de gerenciamento de processos do IMA, e o CEAPD – Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Degradantes, feitos por meio de atualizações no site do IMA, desenvolvendo melhorias gerenciais e novas ferramentas de controle e acompanhamento, além de criar novos sistemas, como RAF – Registro de Pessoas Físicas e Jurídicas que exerçam atividades relacionadas à cadeia produtiva florestal; Cefir – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais; Cerberus Módulo Florestal e Cerberus Municípios; SGI – Sistema de Gestão Integrada.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para elaborar a versão preliminar do projeto de lei da política estadual de mudanças climáticas, em consonância com a política nacional sobre mudança do clima e demais políticas correlatas, foi constituído um grupo de trabalho coordenado pela Superintendência de Políticas para Sustentabilidade – SPS, composto por membros indicados pelas Secretarias do Meio Ambiente, de Infraestrutura, Ciência Tecnologia e Inovação, Casa Civil, Educação, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

A versão preliminar do projeto de lei disponibilizada no site da SEMA para consulta pública,

após avaliação pelo Fórum de Mudanças Climáticas e apresentação ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepram, agregou as contribuições enviadas pela internet e foi encaminhado em dezembro de 2009 às instâncias competentes para providências junto à Assembléia Legislativa.

O trabalho foi conduzido por uma consultoria especializada, contratada com recursos do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, no âmbito do projeto “Apoiando a Ação Estadual para Enfrentamento às Mudanças Climáticas”, objeto do acordo de cooperação assinado em 2008 entre o Governo do Estado e a Embaixada Britânica no Brasil.

Entre as ações do projeto, destaca-se a execução do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE, também conduzido por consultoria especializada contratada com recursos do projeto.

O inventário possibilita ao Estado dispor de ferramenta para a gestão das emissões de gases de efeito estufa, para ser utilizada dentro de uma estratégia governamental de mudanças climáticas e sustentabilidade, e assim contribuir com os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Diante das evidências inequívocas do aquecimento global, a iniciativa do Governo Estadual deixa clara a sua visão estratégica ao considerar a importância da questão climática em sua agenda de desenvolvimento, elaborando, em 2009, uma política para que a sociedade baiana e o poder público possam, no respectivo campo de suas atribuições, contribuir com o enfrentamento dos desafios do aquecimento global.

Dentre as prioridades da SEMA, em 2009, no âmbito do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade – FBMC, criado nos termos do Decreto Estadual nº 9.519 de 18 de agosto de 2005, destaca-se a capacitação dos técnicos da Secretaria Executiva do Fórum acerca do tema, principalmente no que tange à Política e Plano Nacional sobre Mudança do

Clima, bem como a participação em reuniões e seminários promovidos pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Ministério do Meio Ambiente – MMA e Ministério das Relações Exteriores – MRE, que trataram do nivelamento das informações acerca das negociações internacionais de mudança do clima e o Brasil e dos diálogos setoriais cujo objetivo foi coletar contribuições para a construção, pelo Governo Federal, da posição do Brasil levada à 15ª Conferência das Partes – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP-15, realizada no mês de dezembro de 2009 em Copenhaga, na Dinamarca.

Com o objetivo de capacitar os técnicos das diversas secretarias estaduais que tratam desta temática, o Governo da Bahia, por meio do IMA, lançou em 2009 o curso de Especialização em Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono, oferecendo 35 vagas para técnicos efetivos. O órgão ambiental também ofereceu um curso sobre mudanças climáticas para 50 participantes do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, com carga horária de 24 horas.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, instrumento de planejamento, permite integrar as ações programáticas de desenvolvimento econômico e social do Estado, sendo referência para o direcionamento da instalação de novos empreendimentos.

Como parte dos instrumentos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81 e Lei Estadual nº 10.431/06), remete para o amplo entendimento do processo de Ordenamento Territorial Ambiental, explícito no Decreto Estadual nº 11.431/08, que trata dos instrumentos de gestão ambiental.

Com a inclusão do ZEE no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, também constituído pelos planos mestres das cinco macrorregiões do Estado – Cerrado, Semi-árido, Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo, houve a decisão

de realizar audiência pública pautada nos aspectos fundamentais da execução do trabalho através de consultoria especializada.

Entre as demais ações realizadas, destacamos:

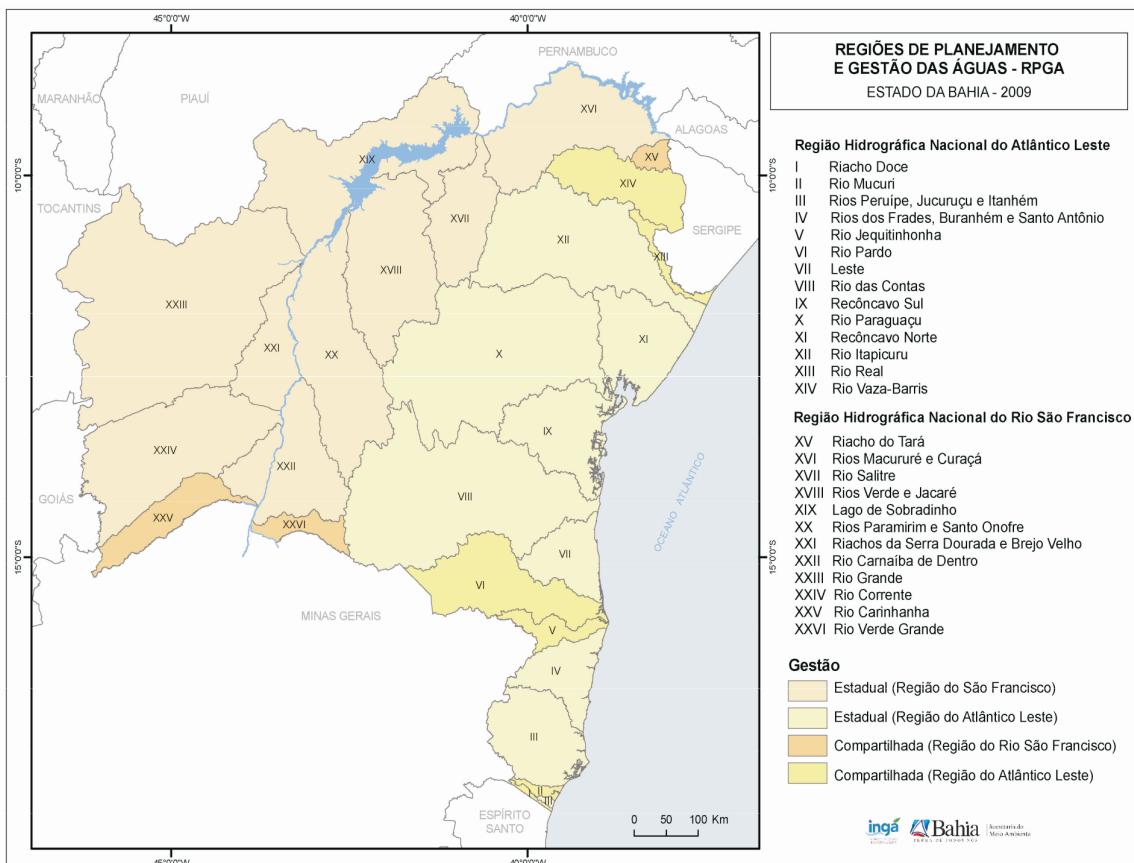
- Concepção, desenvolvimento e implantação de site, para discussão do tema, e difusão em tempo real de informações sobre o tema;
- Assinatura de acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, visando colaborar com o projeto ZEE e demais ações de desenvolvimento sustentável no Estado.
- Abertura de processo para contratação de serviço em tecnologias da informação, geo-processamento e sensoriamento remoto para geração de dados necessários à gestão, ordenamento e zoneamento territorial ambiental.

RECURSOS HÍDRICOS

Elaboração e revisão de planos de recursos hídricos

A elaboração dos planos de recursos hídricos fornece ao Governo do Estado, através do Ingá, um importante instrumento norteador da gestão das águas na Bahia, facilitando ao órgão gestor e aos comitês de bacia hidrográfica a integração das ações e o cumprimento de suas atribuições legais, dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Em 2009, foi necessária a reformulação dos termos de referência para contratação de consultoria para elaboração do Plano de Recursos Hídricos e da proposta de Enquadramento dos Corpos de Água das Regiões de Planejamento e Gestão de Águas – RPGA (Mapa 1), a fim de adequá-los à Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, nº 11.612/09. Todas as reformulações foram feitas em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH. Em plenária, os CBH do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Rio Verde e Jacaré já aprovaram o novo termo de referência. O maior avanço este ano foi a assinatura do contrato para elaboração do Plano de Bacia do Rio Salitre, que se iniciará em 2010.

MAPA 1
**REGIÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS ÁGUAS
BAHIA, 2009**


FONTE: SEMA / Ingá

Enquadramento de corpos d'água em classes, segundo seus usos preponderantes

O enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo seus usos preponderantes, um dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, instituído pelas Leis Federal nº 9.433/97 e Estadual nº 10.432/06, possibilitará ao Ingá compatibilizar os usos múltiplos dos recursos hídricos de acordo com a qualidade ambiental pretendida para os mesmos, com o desenvolvimento econômico, auxiliando no planejamento ambiental de bacias hidrográficas e no uso sustentável dos recursos naturais. Fornece também subsídios a outros instrumentos da gestão de recursos hídricos, tais como a outorga e a cobrança pelo uso da água.

Em 2009 foram enquadrados transitoriamente, de forma participativa, os corpos de água dos rios Subaé; Joanes e Paraguaçu e riachos Principal, das Panelas e Chapadinha.

Gestão de Unidades Regionais de Recursos Hídricos – UR

As Unidades Regionais – UR são estratégias para viabilizar o objetivo do Governo do Estado de implementação da política estadual de recursos hídricos nas suas respectivas RPGA, bem como prestar atendimento às demandas encaminhadas pela sociedade, (Quadros 4, 5 e 6).

- UR Jequié

QUADRO 4

**RESUMO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UR JEQUIÉ
BAHIA, 2009**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	Nº OCORRÊNCIAS
Atendimento ao Público	14
Atendimentos a pleitos de outorga	15
Atuação em Educação Ambiental	8
Mobilização de Usuários	7
Participação em Eventos	17
Participação em Curso	4
Projetos Desenvolvidos	2
Reuniões Externas	1
Reuniões Internas	5
Outras Atividades	4

Fonte: SEMA/Ingá

- UR Eunápolis

QUADRO 5

**RESUMO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UR EUNÁPOLIS
BAHIA, 2009**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	Nº OCORRÊNCIAS
Atendimento de denúncias com registros na U. R./ COOUT	8
Atendimento ao público (Escritório)	7
Atendimento a pleitos de outorga (Inclusive Dispensa)	53
Fiscalização e Cadastramentos (Campanha Pontual)	4
Atuação em Educação Ambiental.(Projeto AVA, Semana da Água, Coletivo Educador, Semana do Meio Ambiente, etc.)	11
Outras Atividades (Seminários, reuniões externas, cursos e reuniões internas)	16
Apoio Institucional a outras U. R. (Verde Jacaré / Paraguaçu)	5

Fonte: SEMA/Ingá

- UR Irecê, Itabuna, Juazeiro e Senhor do Bonfim

QUADRO 6
**RESUMO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UR IRECÊ, ITABUNA, JUAZEIRO E SENHOR DO BONFIM
BAHIA, 2009**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	UNIDADES REGIONAIS DE RECURSOS HÍDRICOS			
	IRECÊ	ITABUNA	JUAZEIRO	SENHOR DO BONFIM
Atendimento ao Público	221	8	2	66
Atendimentos a pleitos de outorga	85	0	0	12
Atuação em Educação Ambiental	9	10	2	15
Mobilização de Usuários	9	5	3	11
Participação em Eventos	14	4	4	5
Participação em Curso	5	5	3	2
Projetos Desenvolvidos	6	4	3	30
Reuniões	16	18	21	7
Outras Atividades	13	14	11	1

Fonte: SEMA/Ingá

AÇÕES DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA

A luta contra a desertificação tem um significado importante para o Governo da Bahia, pois sinaliza o compromisso com políticas redutoras das desigualdades sub-regionais e sociais, particularmente na porção semi-árida do Estado. Nessa perspectiva, o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá vem implementando o Programa Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia, que culminará na elaboração do Plano de Ação Estadual (PAE-Bahia). Além da preservação e conservação do solo, da água e da vegetação nativa, o programa tem também como foco o bem-estar das comunidades envolvidas, promovendo a verdadeira cidadania e favorecendo a melhoria da qualidade de vida. Vale lembrar que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”.

O Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-Bahia) está sendo executado pelo Governo do Estado da Bahia, através do Ingá, autarquia da Secretaria do Meio Ambiente, com apoio da Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs. A instituição auxiliará o Ingá a realizar ações de mapeamento detalhado das condições de degradação ambiental e os processos de desertificação dos municípios vulneráveis, através do levantamento das condições do solo, vegetação, fauna e contexto socioeconômico.

Com o intuito de otimizar as ações, foram realizadas visitas nos municípios Ibititá, Ibipeba, Canarana, Barro Alto, Barra do Mendes, Irecê, João Dourada, América Dourado, Cafarnaum, São Gabriel, Jussara, Central, Itaguaçu da Bahia, Presidente Dutra e Uibaí.

Já na região de Jeremoabo foram visitados os municípios de Glória, Macururé, Abaré, Rodelas, Chorochó, Paulo Afonso, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Jeremoabo, Novo Triunfo, Antas, Cícero Dantas e Euclides da Cunha.

Objetivos

- Construir o diagnóstico do processo de desertificação no semiárido baiano para conhecer as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD);
- Conhecer áreas sujeitas a processo de desertificação em ASD nas regiões de Irecê e Jeremoabo;
- Promover ações de mobilização/sensibilização social para discussão sobre o uso sustentável de ecossistemas frágeis do semiárido baiano com vistas a elaborar e implementar o Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Com a perspectiva de planejamento de médio e longo prazo, associada aos objetivos de sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento da Bahia, o Governo do Estado vem coordenando ações que têm como princípio garantir e ampliar a preservação e a gestão do patrimônio natural em todo o território baiano, potencializando o controle social efetivo e contribuindo para a satisfação das necessidades e aspirações das presentes e futuras gerações.

Criação e manejo de unidades de conservação

• Criação de unidade de conservação

Em novembro de 2009, foi formalizada parceria com o Ministério do Meio Ambiente para acompanhamento e realização de estudos para subsidiar a criação de unidades de conservação no Estado da Bahia.

Prioritariamente, foram identificadas cinco áreas para a criação de novas Unidades de Conservação, sendo elas: Itatim, Bacia do Cobre, Palmas do Monte Alto, Bacia do Rio Almada e Curaçá. No que diz respeito a essas duas últimas, já foram elaborados os termos de referência para a realização de estudos que subsidiem os processos de criação.

• Elaboração de plano de manejo

Em 2009, foram iniciados os procedimentos para elaboração e atualização dos planos de manejo das seguintes UC: Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, APA Serra Branca/Raso da Catarina, APA Tinharé/Boipeba, APA Lagoa do Sobradinho, APA Baía de Todos

os Santos, APA Litoral Norte, APA Lagoa Encantada e Rio Almada e APA Lagoas de Guarajuba.

• Reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

Como estratégia para a conservação ambiental em áreas particulares, a SEMA procedeu a revisão da base legal para reconhecimento de RPPN no âmbito estadual. Com vistas a dar celeridade aos processos firmou parceria com o Ministério Público Estadual – MPE, visando apoio na estrutura do Núcleo de RPPN Estadual.

Com os novos procedimentos implementados fez o reconhecimento da RPPN Belas Artes no município de Guaratinga, no extremo sul da Bahia, e intensificou o acompanhamento dos processos de pedido de reconhecimento de RPPN.

Gestão de unidades de conservação

• Conselhos Gestores

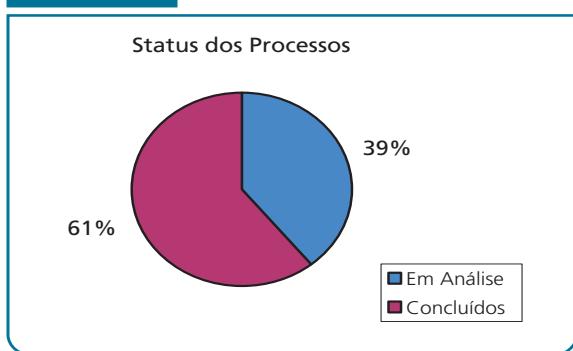
Atualmente sob a administração do Estado existem 42 unidades de conservação. Dentre elas, 25 possuem conselhos formados, necessitando de renovação de seus membros, e 17 estão com conselhos a serem formados. Em 2009, foram realizadas 32 reuniões, através de oito conselhos.

• Autorizações de processos de unidades de Conservação

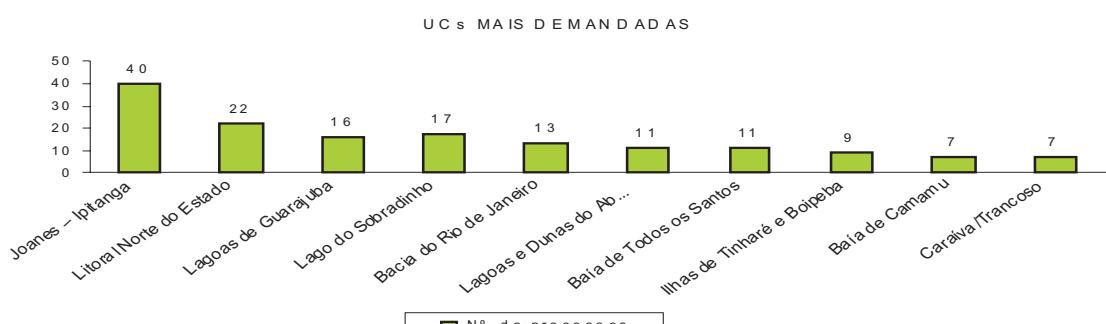
No ano de 2009, foram emitidos 354 processos de Anuência Prévia – AP, Orientação Prévia – OP e Parecer Técnico – PT. Destes, 215 já foram concluídos e 139 estão em análise (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

TOTAL DE PROCESSOS EMITIDOS
BAHIA, 2009



Fonte: SEMA/SFC

GRÁFICO 3
**Nº. DE PROCESSOS EMITIDOS NAS 10 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MAIS DEMANDADAS
BAHIA, 2009**


Das 41 UC existentes na Bahia, elucidamos no Gráfico 3 o número de processos emitidos nas dez mais demandadas, que representam 63% do total de processos.

Regularização fundiária

A Bahia visa consolidar a regularização fundiária das unidades de conservação, através da aquisição de terras e da indenização de benfeitorias de propriedades rurais. Dentre as áreas prioritárias para regularização fundiária, está o Parque Estadual Serra do Conduru – Pesc, criado e ampliado pelo decreto nº 6.227 de 21/02/97 e 8.702 de 04/11/03, localizado no Sul da Bahia, nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus.

Em 2009, o Governo do Estado regularizou neste parque 102,19ha, englobando um total de R\$ 118 mil. A regularização ultrapassou a marca de 50%, ampliando significativamente, considerando que no início de 2007 era de aproximadamente 11%.

Floresta Bahia Global

O programa Floresta Bahia Global é uma iniciativa do Governo do Estado, através da SEMA, que visa à promoção de ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e a descarbonização das atividades antrópicas, promovendo o seqüestro de carbono e contribuindo para minimização dos efeitos das mudanças climáticas.

- **Selo Carbono Zero**

Em 2009, o programa certificou com o selo Carbono Zero a etapa do Stock Car na Bahia, que ocorreu no mês de agosto.

Para neutralizar a emissão de gases (45 toneladas de gás carbônico emitidos na corrida) e minimizar os efeitos das mudanças climáticas, foram plantadas no Parque Metropolitano de Pituaçu 1.500 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

Agricultor Florestal

O Programa Agricultor Florestal presta assistência técnica e extensão florestal aos 654 agricultores enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para a implantação de áreas de silvicultura ou sistemas agroflorestais nas propriedades.

Os produtores recebem orientações técnicas da SEMA para produção de mudas, plantio e condução das florestas. Recebem também, gratuitamente, sementes e sacolas plásticas para produzirem as mudas que irão utilizar nos respectivos projetos de reflorestamento. Também são realizados cursos sobre produção de mudas e silvicultura (prática do cultivo de floresta para produção), para que os agricultores tenham as noções básicas das atividades referentes à implantação de florestas. (Quadro 7).



Dias de Campo

Crédito: SEMA

QUADRO 7

PROGRAMA AGRICULTOR FLORESTAL: PRODUTORES X ÁREA PROJETADA (ha)
BAHIA, 2009

MUNICÍPIO	PRODUTOR ATENDIDO	ÁREA PROJETADA (ha)
Lafayette Coutinho	13	16
Aurelino Leal	28	45
Itiruçu	27	63
Wenceslau Guimarães	280	400
Gongogi	25	30
Jequié	16	45
Jiquiriçá	16	0
Itagi	16	48
Irajuba	12	46
Jaguaquara	11	39
Maracás	4	23,5
Ibirapitanga	26	40
Ubatã	60	70
Ubaíra	120	132
Total	654	997,5

Fonte: SEMA/SFC

Programa Polo Florestal Sustentável

Para diminuir a pressão sobre a vegetação nativa e apoiar os segmentos que têm demandado produtos florestais (estacas e madeira serrada) e biomassa (lenha e carvão) o Governo do Estado, através da SEMA, vem estimulando pequenos agricultores a implantação de bosques energéticos em pequenas áreas da propriedade em sistema consorciado com diversas culturas: mandioca, feijão e maracujá, planejando e apoiando a implantação de polos florestais sustentáveis para atender demandas regionais.

O diferencial dos polos florestais sustentáveis, distribuídos em regiões estratégicas do Estado, é o apoio à utilização de áreas já desmatadas para implantação de florestas planejadas em mosaicos

com a vegetação nativa, contribuindo para a conservação da biodiversidade regional, associada ao aumento do suprimento de material florestal. A iniciativa ainda cria oportunidade para atração de novos investimentos, a exemplo de empreendimentos moveleiros, beneficiamento de alimento, setor de madeiras sólidas (serrados, lâminas e compensados) e serviços.

As atividades de educação florestal e o monitoramento das áreas de fomento contribuirão para a manutenção e conservação das Áreas de Preservação Permanentes – APP, em especial das matas ciliares.

Para os pequenos agricultores atendidos pelo programa e as comunidades rurais, em 2009, foram disponibilizadas mudas de espécies nativas para a

recomposição de matas ciliares e reserva legal pelo Programa Agricultor Florestal.

Parques Metropolitanos

- **Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté**

Situado dentro de uma Área de Proteção Ambiental, com cerca de 12.000m², possui a mais famosa lagoa de águas escuras da cidade – Lagoa do Abaeté –, dunas de areia branca e uma vegetação extremamente rica. O parque recebe em média 47 ônibus turísticos mensalmente, com aproximadamente 2.800 turistas. Outros eventos são realizados no parque, conforme Quadro 8.



Crédito: SEMA

Parque do Abaeté

QUADRO 8

EVENTOS REALIZADOS NO PARQUE METROPOLITANO DO ABAETÉ BAHIA, 2009

TIPO DE EVENTO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	EVENTO
Educativo	1.800	Instituições Educacionais (maternal, fundamental, técnico superior e especial), visitaram o Parque e realizaram atividades educativas
Sociocultural	900	Foram realizados 16 Saraus e 32 Bate-Papo Musicado, como atrativo para a população da região
Sociocultural	600	Projetos: Circo Cultura, Educação Ambiental e Cinema na Praça Intercâmbios Culturais e Esportivos ABAETÉ/Pituaçu / Luau ABAETÉ
Sociocultural	240	Capoeira no Parque / Núcleo Cultural Naiecô Capoeira
Sociocultural	180	Círculo de Ciclismo Amigos da Paz com Justiça Social
Sociocultural	350	Feira de Artesanato: Realizada pelo IAS (Instituto de Agrupar Solidária)
Sociocultural	290	1º Bingo Solidário - Cultura Popular, com o objetivo de arrecadar fundos para doações
Religioso	7.540	Cultos Religiosos: 45 eventos que englobam cultos religiosos de matrizes africanas, católicos e evangélicos
Esportivo	280	Campeonato Baiano de Sand Board (Assoc. Baiana de Sand Board)
Esportivo	800	Campeonato de Futebol Master

Fonte: Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté/ SEMA

• **Parque Metropolitano de Pituaçu**

O Parque Metropolitano de Pituaçu tem uma área total de 425 hectares e é constituído por um remanescente de Mata Atlântica, que abriga diversas espécies de fauna e flora. Foi criado dentro

de um conceito de parque urbano, que é um espaço aberto destinado ao lazer, à educação, saúde da população e conservação dos recursos ambientais, considerando-se para a sua criação os atributos naturais, culturais, sociais, históricos, paisagísticos e cênicos (Quadro 9).

QUADRO 9

EVENTOS REALIZADOS NO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU
BAHIA, 2009

EVENTO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	CARACTERÍSTICAS
Dia Mundial do Meio Ambiente	700	Comemorou-se com o plantio de 100 mudas de Pau-Brasil, plantada por cerca de 300 crianças da ONG a Mangue do Município de Madre de Deus – Bahia
Grupo de Escoteiros Baden Powell	350 escoteiros, sendo 50 Italianos	Alojados no Clube de Engenharia da SEMA, para atividades de treinamento do grupo
Stock Car	400	A SEMA, iniciou no dia 07 de agosto de 2009, o plantio de 1.500 mudas de árvores nativas no sentido de contribuir com o Programa Floresta Bahia Global, certificando assim o evento com o Selo Carbono Zero
Dia Mundial da Indústria	500 visitantes	O Serviço Social da Indústria - Sesi realizou no PMP, uma caminhada do Bem-estar, em homenagem a semana da saúde prestando atendimento ao Público com os profissionais das áreas de Educação Física, nutricionistas, psicólogos e fisioterapeutas
Caminhada Recreativa - Banco Itaú	500	Realização de ginástica laboral, alongamento, café da manhã, como forma de interação entre os funcionários
Caminhada da Primavera	500	Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia – Asfeb Saúde realizou uma caminhada da primavera, visando à integração dos funcionários e a melhoria na qualidade de vida

Continua

Conclusão Quadro 9

Feira Reviva Parque	800 a 1.000 visitantes por semana	Mobiliza 50 expositores da comunidade local, todos os domingos
Dia Mundial da Árvore	300	Plantio de 100 mudas de pau-brasil, realizado por crianças de escolas públicas e particulares, com o patrocínio do Lions Clube
Pedal da Lua	300 ciclistas	Evento ciclístico noturno que acontece no Parque de Pituaçu desde 2004, no sábado mais próximo da lua cheia, percorrendo toda a ciclovía 15km

Fonte: SEMA/SFC

Além de realizar atividades esportivas e recreativas, o parque também é procurado para a visitação de instituições de ensino, as quais levam os alunos para realizar aulas práticas e visitas técnicas, para que estes possam desfrutar deste contato direto com o meio ambiente, despertar sua percepção e aprender desde cedo a importância da conservação e preservação da natureza.

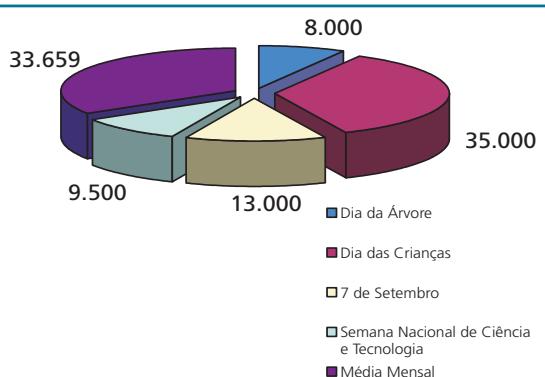
• Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

O Programa de Educação Ambiental é uma das principais atividades desenvolvidas pela equipe técnica do Zoológico de Salvador. Durante o ano de 2009 foram atendidas 152 escolas, num total de 6.182 alunos, dentro da atividade "A Escola no Zoo". Na atividade "O Zoo vai à Escola", foram realizadas 23 visitas a instituições de ensino, alcançando um total de 920 alunos de escolas públicas e particulares.

Além da visitação normal, são realizados eventos em datas especiais. Eles atraem um número grande de visitantes, que em 2009 chegaram a 99.159, conforme podemos observar no Gráfico 4.

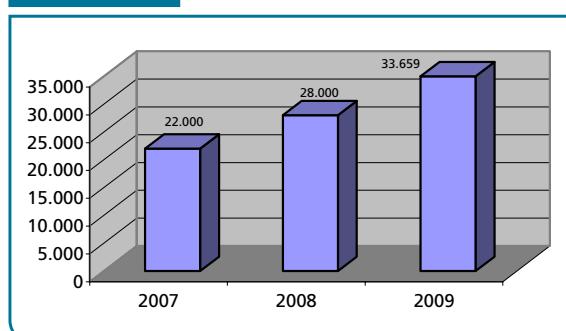
O controle e monitoramento do público visitante tem sido realizado através de amostragem parcial. É possível comparar o aumento real de público entre os anos de 2007, 2008 e 2009, conforme o Gráfico 5.

GRÁFICO 4
PÚBLICO VISITANTE NO ZOOLÓGICO DE SALVADOR EM DATAS ESPECIAIS BAHIA, 2009



Fonte: SEMA

GRÁFICO 5
PÚBLICO MÉDIO ESTIMADO BAHIA, 2009



Fonte: SEMA

• Setor das aves

Atendendo às exigências de cada uma das 42 espécies, não somente nos aspectos clínicos, sanitários e nutricionais, como também na questão de bem-estar, esse projeto passará a proporcionar a reprodução e a readaptação ao vôo de aves oriundas do tráfico de animais silvestres.

A implantação do novo aviário é fruto de uma condicionante para autorização de resgate e monitoramento de fauna no processo de licenciamento ambiental da Mirabela Mineração do Brasil.

Ações de ordenamento florestal

Gestão de regularização de áreas de reserva florestal em propriedades particulares

Em 2009, foi realizada a normatização e criação de procedimentos de 18 Atos Administrativos Florestais, estando os formulários e relações de documentos disponíveis para a sociedade no site do Instituto do Meio Ambiente – IMA. Pode-se destacar o novo sistema *on-line* de Registro de Atividade Florestais – RAF.

Nesse sentido, a desburocratização dos procedimentos de Aprovação de Localização de Reserva Legal – ARL diminuiu de 13 documentos necessários para oito documentos mais simplificados, estimulando a ARL em áreas de agricultores familiares.

Foi firmado, em 2009, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o Ministério Públíco Estadual – MPE e a Copener Florestal para aprovar a ARL de 719 áreas até o fim do ano, somando um total de 30 mil hectares de Reserva Legal e 12 mil hectares de Área de Proteção Permanente – APP. O TAC visa a recuperação de uma área degradada e averbação de reserva legal na região do Litoral Norte.

Ações de fomento florestal

Implantação de viveiros

O Governo do Estado, através da SEMA, assinou, em 2009, convênio para implantação de

viveiro florestal, com a Associação Incubadora de Novos Talentos Sertão em Ação. Este convênio objetiva a criação de viveiro com 100 mil mudas por ano, as quais serão utilizadas nos projetos de recuperação de áreas degradadas, recuperação de mata ciliar, reservas legais, além da produção de madeira para o agronegócio florestal.

No Quadro 10, apresentamos o convênio firmado em 2009, bem como os de 2008 vigentes, com início da produção de mudas em 2009.



Polo Florestal Jequié

Crédito: SEMA



Viveiros

Crédito: SEMA

QUADRO 10
**IMPLANTAÇÃO DE VIVEIROS
BAHIA, 2009**

CONVÊNIO	OBJETIVO	POPULAÇÃO BENEFICIADA (hab.)
003/08 - Município de Iguaiá	Criação de um viveiro florestal para a produção de 100.000 mudas/ano de essências florestais nativas.	29.449
004/08 - Município de Trancredo Neves	Criação de um viveiro florestal para a produção de 100.000 mudas/ano de essências florestais nativas.	24.249
005/08 - Município de Aratuípe	Criação de um viveiro florestal para a produção de 100.000 mudas/ano de essências florestais nativas.	8.738
007/2008 -Terraguá	Criação de um viveiro florestal para a produção de 100.000 mudas/ano de essências florestais nativas, no município de Igrapiúna.	16.379
006/2009 - Assoc. Incubadora de Novos Talentos Sertão em Ação	Criação de um viveiro florestal para a produção de 100.000 mudas/ano de essências florestais nativas, no município de Irecê.	66.061
012/2008 - Centro de Promoção Social da Paróquia de Santo Antônio de Pádua de Jequié - CPS	Implantação de viveiro florestal de 100.000 mudas /ano de essências florestais para comercialização, no Conjunto Penal do município de Jequié .	150.541

Fonte:SEMA/ SFC

Destaque aos viveiros do município de Iguaiá, que foi contemplado com uma ampla estrutura de educação ambiental e gestão da APA Serra do Ouro, e o viveiro do Conjunto Penal de Jequié, que inova por integrar meio ambiente e direitos humanos ao contar com a participação de detentos na produção das mudas.

Velho Chico

O Programa Velho Chico tem como objetivo reforçar o processo de revitalização do Rio São Francisco numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas, das periferias de núcleos urbanos e rurais e dos assentamentos da reforma agrária, das

áreas indígenas e quilombolas. Engloba ações voltadas para o gerenciamento, fiscalização e recuperação de matas ciliares, nascentes e áreas de recarga, recuperação de áreas degradadas, preservação e conservação de mananciais de abastecimento e educação ambiental qualificada voltada às práticas sustentáveis nas atividades produtivas.

Projetos socioeconômicos e de geração de renda

As linhas de ação referentes à melhoria das condições de vida e trabalho da população compreendem a elaboração de estudos e projetos necessários às in-

tervenções e ao seu melhor aproveitamento e gerenciamento, bem como o desenvolvimento institucional e a ampliação das condições técnicas e financeiras dos órgãos e entidades participantes. Dentro dessa linha foi concebido um convênio, o qual está em análise na Procuradoria Geral do Estado – PGE, fruto de uma parceria institucional entre a SEMA, Secretaria do Trabalho, Emprego e Esporte – SETRE, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. Tem como objetivo implementar o Projeto das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais, que visa fomentar projetos socioprodutivos realizados por empreendimentos solidários que, ao utilizar os ativos naturais, preservem o meio ambiente através de práticas sustentáveis.

Projeto Oeste – Projeto de Revitalização de Áreas Degradadas nas Bacias Hidrográficas do Oeste Baiano

Em consonância com as diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Revitalização, do Governo Federal, e com o Programa Velho Chico Vivo, do Governo da Bahia, o Projeto Oeste, de recuperação ambiental de sub-bacias dos Rios Grande e Corrente e da margem esquerda do Carinhanha, pretende garantir a sustentabilidade hídrica, promovendo a melhoria da qualidade ambiental através de ações de recuperação de áreas degradadas que afetam os corpos hídricos (rios, veredas, nascentes, brejos) e de melhoria da qualidade de vida da população local, articulando e integrando ações socioeconômicas (saúde, educação formal, educação ambiental, saneamento, habitação, projetos econômicos e de geração de renda) voltadas para as comunidades, povos tradicionais, áreas de reforma agrária e de produtores familiares.

- Foram georreferenciados 350 pontos ao longo das três sub-bacias para realização de obras de engenharia ambiental;
- Levantamento de geodatabase das bacias dos rios Corrente, Grande e Carinhanha;
- Elaboração de termos de referência para contratação dos projetos executivos: Diretrizes para o Plano de Comunicação e Proposta Metodológica para o Desenvolvimento da Gestão Compartilhada;
- Seleção e georreferenciamento das áreas degradadas;
- Articulação com instituições do Governo do Estado da Bahia que desenvolvem políticas socioeco-

nômicas e de combate à pobreza;

- Apresentação dos Projetos Básicos aos Comitês de Bacias do Grande e do Corrente;
- Conclusão de licitação de quatro veículos previstos no item nove do plano de trabalho (aguardando a chegada dos veículos para o pagamento).

Convênio com o Ministério da Integração – MI

Em 2009, foi assinado aditivo ao convênio entre o Ministério da Integração – MI, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf e a SEMA com interveniência da Ufba, que tem por objeto a execução do Projeto Oeste, com ações de controle de processos erosivos, por meio de práticas mecânicas de conservação do solo e da água, através da construção de barraginhas, terraceamento, estabilização de voçorocas, recuperação de áreas degradadas, recuperação de matas ciliares, topos de morro, construção de murundus, revegetação de nascentes e outros.

O recurso disponibilizado para este convênio é de R\$ 15,8 milhões através da União e contrapartida do Estado da Bahia de R\$ 3,2 milhões.

Projeto Oeste Sustentável

Com a consolidação da gestão ambiental na região Oeste, o Governo da Bahia vem ampliando as ações de licenciamento, promovendo a adequação ambiental das propriedades rurais, fomentando usos alternativos do solo, monitorando o desmatamento e incrementando a conservação da biodiversidade, associada à organização e promoção do setor agroflorestal e à recuperação de matas ciliares.

Em 2009, foram cadastradas 203 propriedades rurais, totalizando 195.000 hectares.

Campanha de educação ambiental e resíduos sólidos nas romarias de Bom Jesus da Lapa

Visando sensibilizar a comunidade local e os romeiros que chegam à cidade quanto ao uso sustentável dos recursos ambientais do Rio São Francisco e quanto à destinação correta dos resíduos sólidos gerados durante a romaria, desenvolvendo ações eficazes de educação ambiental, a SEMA, em 2009, realizou a distribuição de 5.000 cartilhas educativas, 5.000 cartazes e veiculação de *jingle* educativo nas rádios locais.

Acordo de cooperação técnica entre a SEMA e o MMA

Em 2009, foi assinado o acordo de cooperação técnica entre a SEMA e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com objetivo de integrar as ações dos Programas Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MMA) e Velho Chico Vivo (SEMA).

Consulta pública da minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental – PLEA – BA

Com objetivo de divulgar e analisar a minuta do Projeto de Lei da Educação Ambiental, com o intuito de levantar indicativos para o Programa de Educação Ambiental do Estado e dos Planos de Educação Ambiental nos Territórios de Identidade, foram realizados sete seminários de consultas pública do Projeto de Lei de Educação Ambiental, com a participação de 1.121 pessoas em 66 municípios situados na bacia nos seguintes Territórios de Identidade: Sertão do São Francisco, Irecê, Itaparica, Oeste Baiano, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico e Bacia do Paramirim.

Comitê de Bacias Hidrográficas – CBH da Bacia do Rio São Francisco

O CBH do Rio São Francisco é uma instância colegiada formada por representantes dos poderes públicos (municipal, estadual e federal), da sociedade civil e dos usuários da água (dos setores de irrigação, abasteci-

mento humano, energia elétrica, navegação, lazer, turismo e pesca), também conhecida como Parlamento das Águas, com a competência de promover a gestão participativa das águas.

Formação de cinco Comitês de Bacias Hidrográficas

- CBH Verde e Jacaré
- CBH do Salitre
- CBH do Rio Grande
- CBH do Rio Corrente
- CBH do Entorno do Lago do Sobradinho.

Monitoramento na Bacia do Rio São Francisco

Foram monitoradas oito Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGA, em 2009, na Bacia do Rio São Francisco: Salitre, Verde e Jacaré, Paramirim, Santo Onofre, Carnaíba, Calha do Médio São Francisco, Grande, Corrente e Sub Médio.

Ações do Programa Água para Todos – PAT na Bacia do Rio São Francisco

Foram construídas 7.446 cisternas, implantados 500 poços e 345 sistemas de abastecimento de água e realizadas 2.855 melhorias sanitárias domiciliares em 84 municípios da bacia do Rio São Francisco, conforme Tabela 3.

TABELA 3

**OBRAS DO PAT REALIZADAS NA BACIA DO SÃO FRANCISCO
BAHIA, 2007-2009**

AÇÃO	OBRAS REALIZADAS				BACIA DO SÃO FRANCISCO	(%)
	BA	SEMIÁRIDO	(%)			
Cisternas	33.852	30.727	91	7.446		22
Poços Tubulares	1.326	1.014	76	500		38
Sistemas de Abastecimento de Água (Construção)	868	651	75	345		40
Melhorias Sanitárias Domiciliares	13.198	9.146	69	2.855		22

Fonte: SEMA

Articulação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco

• Revitalização do Rio São Francisco

Embora o Estado da Bahia não esteja participando diretamente das ações de revitalização ambiental do Rio São Francisco e de recuperação e modernização do trecho baiano da hidrovia, compreendido entre Ibotirama – Juazeiro, a Secretaria do Planejamento - SEPLAN vem acompanhando as atividades desenvolvidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf com base no Plano Piloto de Revitalização do Rio São Francisco, o qual ajudou a elaborar.

Dentre as atividades desenvolvidas, merece destaque a continuação das ações relativas à promoção da revitalização do Rio São Francisco e da hidrovia, visando o restabelecimento da navegação fluvial em escala comercial. Atualmente, apenas a Icofort Agroindustrial Ltda, indústria que processa e refina óleo de caroço de algodão em Juazeiro, vem utilizando a Hidrovia do São Francisco.

Vale registrar que, em outubro de 2009, o canteiro de obras de revitalização e integração das bacias, além do campo de provas, laboratório a céu aberto em escala real, foram inspecionados pelo Presidente da República, oportunidade em que este lembrou que o investimento nas obras não é apenas disponibilizar água à população mas, também, possibilitar a coleta de esgoto em todas as cidades localizadas às margens do rio.

O anteriormente referido campo de provas está sendo implantado num trecho de 12km contínuos do Rio São Francisco, entre os municípios de Barra e Xique-Xique, e sediará os testes dos dispositivos destinados à estabilização das margens, à regularização da profundidade do rio e às ações experimentais de contenção de margens. Após o período de testes, esses dispositivos deverão ser replicados em trechos críticos do Rio São Francisco. A recuperação e modernização da Hidrovia do São Francisco é um projeto contemplado pelo Governo Federal, no PAC, e envolve recursos da ordem de R\$ 6 bilhões.

Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga da Bahia e Ceará – Projeto Mata Branca

As ações implementadas no ano de 2009 pelo Projeto Mata Branca demonstraram a sua efetividade operacional, com o cumprimento das atividades propostas no Plano Operativo Anual – POA. Dentre elas, a consolidação da estrutura administrativa da Unidade Gerencial do Projeto – UGP e dos Núcleos de Gestão Local – NGL em locais apropriados, com serviços de apoio necessários ao funcionamento.

Desenvolveram-se, também, ações de fortalecimento das relações institucionais, a exemplo do Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada – Irpaa, do Poder Executivo e do Legislativo Municipal, do Ministério Público, da Secretaria do Meio Ambiente e dos conselhos que atuam nos municípios beneficiados pelo projeto. Órgãos governamentais com presença na região se revelaram bastante proveitosos para estabelecer diretrizes de atuação nos quatro municípios alvo, Curaçá, Itatim, Jeremoabo e Contendas do Sincorá, com criação dos conselhos municipais de meio ambiente e amadurecimento das estratégias voltadas para implementação de ações de apoio institucional, a exemplo da prática da gestão integrada de ecossistemas, visando à implantação dos subprojetos demonstrativos.

Foram realizadas, também, as etapas iniciais dos estudos propostos para construção da linha de base do projeto, através da discussão e encaminhamentos de propostas de subprojetos com caráter demonstrativo e ambientalmente sustentável, estabelecendo as condições necessárias para promover a cultura da gestão integrada de ecossistemas, considerando ser esse o eixo central para a realização do projeto.

As ações realizadas estão apresentadas a seguir, conforme o Plano Operativo Anual de 2009:

- Implantação da unidade gerencial do projeto, localizada em Salvador, na Avenida Paralela;
- Implantação dos Núcleos de Gestão Locais – NGL de Curaçá, Contendas do Sincorá, Itatim e Jeremoabo;
- Conclusão e divulgação do mapeamento dos sítios arqueológicos rupestres, no município de Curaçá;
- Concluído o diagnóstico dos recursos hídricos

- e do solo na comunidade de Palmeiras – município de Contendas do Sincorá – BA;
- Aquisição de equipamentos para o centro de treinamento e de qualificação de pessoal;
 - Atualização dos mapas de cobertura vegetal dos municípios de Itatim, Curaçá, Contendas do Sincorá e Jeremoabo;
 - Elaboração do plano de ação para a realização da avaliação ambiental estratégica;
 - Concluída a formatação dos instrumentos de monitoria e avaliação;
 - Capacitação da equipe técnica sobre monitoria e avaliação;
 - Iniciada a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA – Serra

- Branca, em Jeremoabo;
- Em execução, pela UGP e NGL, o cadastramento de 300 unidades produtivas nas áreas de implementação dos subprojetos;
 - Veiculação de informação através de rádios e jornais como forma de contribuir para disseminar as ações do projeto e dos subprojetos socioprodutivos;
 - Divulgação da metodologia a ser empregada na Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;
 - Definição com a participação das comunidades locais, de 14 subprojetos demonstrativos para os municípios de Itatim, Curaçá, Contendas do Sincorá e Jeremoabo, conforme estabelecido no Quadro 11.

QUADRO 11
**PROJETO MATA BRANCA – LOCALIZAÇÃO E STATUS DOS SUBPROJETOS
BAHIA, 2009**

SUBPROJETO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALOR (R\$ 1.000,00)	STATUS*
Horta Pedagógica em Escolas – São Bento	Curaçá	47	66,5	Em execução
Horta Pedagógica em Escolas – Barra do Brejo	Curaçá	40	66,5	Em execução
Horta Pedagógica em Escolas – Canabravinha	Curaçá	45	66,5	Assinatura do acordo de subdoação
Horta Pedagógica em Escolas – Pau de Colher	Curaçá	42	66,5	Assinatura do acordo de subdoação
Recuperação e preservação de áreas degradadas – São Bento	Curaçá	67	37,3	Assinatura do acordo de subdoação
Sistema Integrado dos Quintais Produtivos – Capoeiras	Itatim	20	58,3	Assinatura do acordo de subdoação
Gestão dos Recursos Hídricos e do Solo - Cabaceira	Curaçá	18	108,8	Encaminhado ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird
Recuperação e preservação de áreas degradadas – Capoeiras	Itatim	35	85	Apresentado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA
Resgatando valores ecologicamente corretos - campanha de distribuição de sacos de pano para compra de pães	Itatim	1.000	25,2	Apresentado ao CMMA

Continua

Conclusão Quadro 11

Manejo Sustentável da Biodiversidade do bioma Caatinga: técnicas e práticas de produção alternativas e de baixo impacto ambiental – Tapera e Alto da Tapera	Jeremoabo	108	A ser definido	Apresentado ao Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga - Cerbca
Caatinga: técnicas e práticas de produção alternativas e de baixo impacto ambiental – Água Branca	Jeremoabo	200	A ser definido	Apresentado ao Cerbca
Manejo Sustentável da Biodiversidade do bioma Caatinga: técnicas e práticas de produção alternativas e de baixo impacto ambiental – Baixa dos Quelés, Baixa do Olho D'água e Baixa da Lagoa	Jeremoabo	80	A ser definido	Apresentado ao Cerbca
Avaliação Ecológica Rápida - AER da região entre a Floresta Nacional Contendas do Sincorá - FNCS e o Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD com vistas ao estabelecimento de corredor ecológico	Contendas do Sincorá	A ser definido	A ser definido	Em análise pela UGP
Apicultura Racional	Contendas do Sincorá	A ser definido	A ser definido	Em análise pela UGP

Fonte: SEDIR/CAR

*Dados de outubro/09

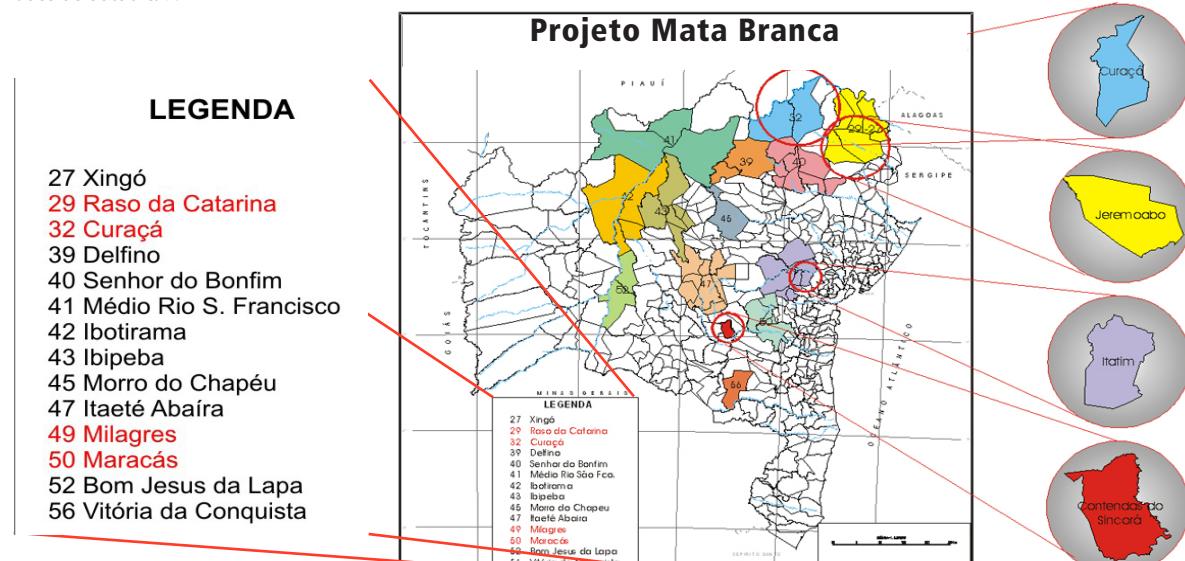


Ilustração do Projeto Mata Branca na Bahia

- **Custos do projeto e financiamento**

Conforme Tabela 4, informamos o previsto e realizado no Plano Operativo Anual – POA.

- **Conclusões sobre o Projeto Mata Branca**

O Projeto Mata Branca, no ano de 2009, superou inúmeras dificuldades em função de diversos fatores, entre os quais destacam-se a consolidação da equipe técnica e da estrutura funcional da UGP, a intensificação do processo de articulação institucional entre as entidades parceiras e o fortalecimento do projeto através da intensificação da participação pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Desenvolvimento e Integração Regional.

Outras ações previstas inicialmente para o ano de 2008 foram redirecionadas para o exercício de 2009, com destaque para:

- Estruturação da coordenação pedagógica para o curso básico em Avaliação Ambiental Estratégica;
- Realização dos estudos de cobertura vegetal das áreas prioritárias do projeto em Curaçá, Itatim, Je-remoabo e Contendas do Sincorá;
- Realização do Seminário de Biocidades;
- Execução da segunda etapa do diagnóstico para implantação da Unidade de Conservação

de Curaçá;

- Conclusão da consultoria em Arqueologia no município de Curaçá;
- Construção da linha de base em 300 unidades produtivas;
- Conclusão da elaboração das cartilhas do projeto.

Projeto Corredores Ecológicos

O Projeto Corredores Ecológicos – PCE, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG 7, tem como principal objetivo a conservação local da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de unidades de conservação públicas e privadas através de corredores ecológicos selecionados.

Em 2009, o Governo da Bahia, através da SEMA, firmou convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA visando à implementação de ações para o PCE no Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA – com a proposta de promover a operacionalização da Unidade de Coordenação Estadual da Bahia – UCE/BA e a integração de políticas públicas e iniciativas locais que favoreçam o estabelecimento da conectividade entre fragmentos florestais e as referidas Unidades de Conservação.

TABELA 4

**PREVISTO E REALIZADO NO POA
BAHIA, 2009**

COMPONENTE	PREVISTO POA - 2009 (US\$)		REALIZADO - 2009 (US\$)	
	GEF *	GOV. ESTADO	GEF *	GOV. ESTADO
Componente 1 - Apoio Institucional e Político para Gestão Integrada de Ecossistemas - IEM	443.038	50.633	38.648	304
Componente 2 - Subprojetos Demonstrativos: Promoção de Práticas da Gestão Integrada dos Ecossistemas	459.873	886.540	0	0
Componente 3 - Monitoramento & Avaliação, Disseminação e Gestão do Projeto	197.223	240.084	36.706	194.749
TOTAL	1.100.134	1.177.257	75.354	195.053

Fonte: SEDIR/CAR/Fundação Luís Eduardo Magalhães - Flem

*Global Environment Facility - Fundo Mundial para o Meio Ambiente; Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

O Projeto Corredor Ecológico realizou, em 2009, atividades de planejamento, oficinas, reuniões de

alinhamento e visitas técnicas, conforme os dados do Quadro 12.

QUADRO 12

**ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROJETO CORREDOR ECOLÓGICO – PCE
BAHIA, 2009**

EVENTO	ATIVIDADE REALIZADA	LOCAL
Curso de capacitação	Curso de capacitação em meliponicultura para produtores rurais residentes na Área de Proteção Ambiental - APA	Itacaré
Oficina de Planejamento e Integração dos Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Foram desenvolvidas ações de nivelamento de informações e intercâmbio de experiências entre os subcomitês presentes: Baixo Sul, Sul e Extremo Sul. Foi apresentada a proposta de criação de três novos Subcomitês: Recôncavo Sul, Litoral Norte e Chapada Diamantina.	Porto Seguro
Oficina de Trabalho	Definir metodologia de trabalho e da legenda para cobertura vegetal e uso do solo, com as seguintes instituições: SEMA, UCE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, Instituto do Meio Ambiente - IMA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério Público - MP/BA, Universidade Federal da Bahia - Ufba, Companhia de Policiamento e Proteção Ambiental - Coppa, Instituto de Gestão das Águas e Clima - Ingá, Instituto de Educação Superior de Brasília - Iesb, Flora Brasil, Floresta Viva, Instituto Bioatlântica e Fundação Ondazul. Como resultado foi proposta uma legenda padrão e proposta de metodologia para aplicação da mesma.	Salvador
Dia da Mata Atlântica	Evento comemorativo denominado "Mata Atlântica - Perspectivas para a Bahia".	Salvador
Reuniões do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Reuniões de alinhamento para tratar sobre assuntos da Mata Atlântica.	Salvador
Oficina de Planejamento	Elaboração do Plano Operativo Anual - POA 2009, com os membros do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA. Foram aprovados pelo comitê os POA: SEMA, IMA, MP, Ingá, Coppa, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a Prefeitura Municipal de Cairu.	Salvador
Consulta Pública	Criação de Unidade de Conservação na Serra do Timbó.	Amargosa
Visita à região dos Parques Nacionais – Parna	A comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Manejo e consultores da Fundação Biodiversitas realizou uma visita à região de dois Parques Nacionais – Parna (Pau Brasil e Descobrimento).	Porto Seguro

Fonte: SEMA

Projeto Terras Sustentáveis

O Projeto Terras Sustentáveis objetiva promover a recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP (nascentes e matas ciliares) de forma participativa, contribuindo para a adequação ambiental de assentamentos de reforma agrária do Estado da Bahia. A intenção é beneficiar 300 famílias direta ou indiretamente desenvolvendo ações em quatro assentamentos: Dom Hélder Câmara (Ilhéus) e Terra Vista (Arataca), localizados na Bacia Hidrográfica do Leste, e Andaraí I (Andaraí e Nova Redenção) e Dorcina Paula de Oliveira (Bonito), localizados na Bacia do Paraguaçu.

Gerenciamento costeiro e marinho

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro da Bahia, instituído pelo Decreto nº 10.969 de 2008, para fortalecer a capacidade gerencial do Estado e a utilização racional dos recursos na zona costeira, tem o suporte do Ministério do Meio Ambiente – MMA e abrange 53 municípios numa área de 41.409km², com extensão litorânea de 1.181km.

O programa atua nas agendas de petróleo e gás, porto e dragagens, qualidade costeira e marinha, e também no Plano de Gestão Integrada de Orla Marítima – Projeto Orla, que é uma ação conjunta entre o MMA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como diretrizes:

- Fortalecer a capacidade de atuação, articulação e participação de diferentes atores dos segmentos governamental e não governamental para a gestão integrada da orla;
- Valorizar as ações que contribuem com a gestão dos recursos naturais e na ocupação dos espaços litorâneos;
- Estabelecer critérios para o uso dos bens da União nos municípios da zona costeira.

Para consolidar a ação, foram promovidos amplos debates, reuniões e visitas técnicas abordando os aspectos do turismo em zona costeira, incluindo o turismo náutico, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e sua interação com as zonas estuárias e costeiras, legislação em vigor, outorga e as propostas de planos e projetos na área de petróleo e gás.

Como resultado podemos citar a anuência à SEMA dos gestores dos municípios de Ituberá, Prado, Maraú, Camaçari, Entre Rios e Porto Seguro para implementar o Projeto Orla e a elaboração de proposta de adequação para os barraqueiros da praia de Guarajuba, no município de Camaçari, para encaminhamento à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia.

Consolidando seus objetivos e em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal e Estadual, com o apoio da União dos Prefeitos da Bahia, o Gerenciamento Costeiro no Estado realizou um seminário com os representantes dos municípios que integram o programa para conhecer e tratar as demandas relacionadas às suas zonas costeiras, o que representou um avanço no modelo de gestão para a utilização dos recursos da zona costeira de 53 municípios, dos quais 37 são de fronteira com o mar.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Elaboração e Execução de Projetos Socioambientais

• Casa Sustentável

Em 2009, foi finalizado o projeto arquitetônico da Casa Sustentável do IMA, para construção em 2010, a qual será um modelo de sustentabilidade para visitação pública.

• Banco de Dados de Produção mais Limpa

Foi celebrado um contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai/Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro Mariani – Cetind para elaboração do Banco de Dados de Produção mais Limpa para três segmentos produtivos e instrumentos legais.

• Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos

Estruturação do Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos, espaço que tem como objetivo oferecer à sociedade um vasto acervo sobre a história do meio ambiente na Bahia, disponibilizando as visitações físicas, virtuais e a interatividade do público, permitindo, sobretudo, o acolhimento das manifestações de cunho socioambientais.

- **Projeto Fundo de Pasto**

Está também em andamento o projeto de mobilização e formação dos agricultores das comunidades de fundo de pasto em agroecologia e manejo sustentável. Para execução desse projeto o IMA assinou um convênio com a Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão – Arefase e fez uma parceria com a Escola Família Agrícola do Sertão – Efase.

As realizações em 2009 foram as capacitações em agroecologia, resultando na implantação de sistemas agroecológicos em quatro comunidades (Muquém, Paredão do Lou, Lagoa do Saco e Lagoa da Ilha) e na Escola Família Agrícola do Sertão; a Implantação de Roça de Madeira na Efase; a Implantação de Pastos Caatingueiros nas comunidades do Muquém, Paredão do Lou e na Efase; e a Elaboração da cartilha Práticas Ecológicas no Fundo de Pasto.

- **Desenvolvimento de Modelo de Assentamento Sustentável**

O projeto consiste na criação de modelos de desenvolvimento sustentável para assentamentos rurais vinculados à reforma agrária. Para tanto, são desenvolvidas duas frentes de atuação: a promoção da adequação ambiental de assentamentos rurais à legislação vigente, através da recuperação de áreas degradadas e de matas ciliares, com a utilização de espécies arbóreas nativas produzidas em viveiros rústicos, e a implantação da transição agroecológica na produção agrícola, fomentando o trabalho comunitário e contribuindo para o desenvolvimento de áreas coletivas de plantio.

As atividades foram realizadas em assentamentos nos municípios de Nova Redenção, Itiúba e Vitória da Conquista, onde foram atendidas, em 2009, aproximadamente 250 famílias nos assentamentos pilotos, tendo como resultado o incentivo a adequação à legislação, preservação ambiental e fomento do trabalho comunitário.

- **Projeto Sementes do Paraguaçu**

O projeto vem dando continuidade à marcação de matrizes florestais na região sul da Chapada Diamantina, visando à obtenção de material genético para uso posterior em projetos de recuperação ambiental, através do envolvimento da população local em torno da conservação dos remanescentes

florestais e de sua importância para a manutenção dos recursos hídricos.

Os resultados em 2009 foram o monitoramento das áreas de coleta, a marcação de matrizes florestais, as ações de educação ambiental, a divulgação do projeto na região e a alimentação do banco de dados.

Bases biorregionais

- **Elaboração de Estudos e Informação Ambiental**

Existem três bases biorregionais que apóiam pesquisas dos três biomas do Estado, vinculadas ao IMA e que atuam em parceria com as Universidades Estaduais de Santa Cruz – Uesc, de Feira de Santana – Uefs e da Bahia – Uneb, fomentando e apoiando o desenvolvimento de projetos de pesquisa nessas universidades, voltados para a preservação e conservação dos biomas caatinga, cerrado e mata atlântica, na Bahia, para subsidiar a Política Ambiental do Estado.

Foi disponibilizado na *Internet*, em 2009, o Banco de Dados de Biodiversidade da Mata Atlântica – Sigbiota, desenvolvido em parceria com a Uesc.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA – GAC

O Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, integrado ao Plano Nacional de Capacitação – PNC, programa do MMA, tem como objetivo o fortalecimento da gestão ambiental através da cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, cabendo ao Estado promover as condições para que os municípios, desde que estruturados e mediante normas e procedimentos, possam exercer a fiscalização e o licenciamento ambiental de atividades consideradas de impacto local, bem como daquelas que lhes forem delegadas pelo Estado. O Governo da Bahia estabeleceu como meta para 2010 implementar em 100 municípios a gestão ambiental descentralizada.

Para definir as competências do município e os mecanismos de integração com o Estado, bem como evitar duplicidade e omissão de ações pelos entes federados, está em vigor, desde março de 2009, a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram nº 3.925, importante instrumento para a proteção do meio ambiente.

Resultado de uma discussão democrática, a resolução ampliou o debate de forma positiva, viabilizando a estratégia de descentralização da gestão ambiental, compartilhada e garantindo a adesão de 168 municípios ao programa. A ação foi ratificada com a assinatura do termo de cooperação técnica entre o município e o governador do Estado.

do em solenidade realizada no mês de setembro de 2009, que contou com a participação do Poder Executivo Estadual, autoridades do Governo Federal, Ministério Público Estadual, deputados federais e estaduais, 86 prefeitos e demais representantes dos municípios participantes do programa, (Quadro 13).

QUADRO 13

**PROGRAMA DE GESTÃO COMPARTILHADA – MUNICÍPIOS COM TERMO DE ADESÃO
BAHIA 2009**

MUNICÍPIO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
Irecê Gentio do Ouro São Gabriel Ibipeba	1 - IRECÊ
Bom Jesus da Lapa Malhada Igaporã Riacho de Santana Barra Oliveira dos Brejinhos Feira da Mata Carinhanha	2 - VELHO CHICO
Abaira Lençóis Souto Soares Bonito Palmeiras Andaraí Utinga Ibicoara Boninal Rio de Contas Seabra Jussiape Nova Redenção Itaetê	3 - CHAPADA DIAMANTINA
Valente São Domingos Itiúba Cansanção Queimadas Barrocas Conceição do Coité Teofilândia	4 - SISAL

Continua

Continuação Quadro 13

Itabuna Maraú Una Itacaré Coaraci Ilhéus Ibirapitanga	5 - LITORAL SUL
Teolândia Cairu Presidente Tancredo Neves Nilo Peçanha Igrapiúna Piraí do Norte Valença Ituberá Camamu Taperoá Gandu Wenceslau Guimarães	6 - BAIXO SUL
Porto Seguro Itamaraju Medeiros Neto Teixeira de Freitas Mucuri Prado Itanhém Eunápolis Guaratinga Belmonte Caravelas Santa Cruz Cabrália Nova Viçosa Alcobaça	7 - EXTREMO SUL
Ibicuí Macarani Itapetinga Caatiba Santa Cruz da Vitória Nova Canaã	8 - ITAPETINGA
Laje Jiquiriçá	9 - VALE DO JIQUIRIÇÁ
Campo Alegre de Lourdes Curaçá Juazeiro Pilão Arcado Casa Nova Remanso Sobradinho	10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
São Desidério Luís Eduardo Magalhães	

Continua

Continuação Quadro 13

Formosa do Rio Preto Barreiras Angical Riachão das Neves	11 - OESTE BAIANO
Macaúbas Tanque Novo Rio do Pires	12 - BACIA DO PARAMIRIM
Brumado Guanambi Caeté Palmas de Monte Alto Candiba Caculé Pindaí Urandi Ituaçu	13 - SERTÃO PRODUTIVO
Ruy Barbosa Tapiramutá Miguel Calmon Itaberaba Iaçu Mundo Novo	14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Capela do Alto Alegre Riachão do Jacuípe Pintadas	15 - BACIA DO JACUÍPE
Jacobina Ourolândia	16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA
Jeremoabo	17 - SEMI-ÁRIDO NORDESTE II
Conde Pojuca Entre Rios Aramari Ouricangas Crisópolis Jandaíra	18 - AGreste de ALAGOINHAS/LITORAL NORTE
Feira de Santana Amélia Rodrigues Conceição da Feira Antônio Cardoso Santo Estêvão	19 - PORTAL DO SERTÃO
Jacaraci Licínio de Almeida Guajeru Ribeirão do Largo Poções Vitória da Conquista Barra do Choça	20 - VITÓRIA DA CONQUISTA

Continua

Conclusão Quadro 13

Cruz das Almas São Francisco do Conde Castro Alves Cabaceiras do Paraguaçu Gov. Mangabeira Sapeaçu Santo Amaro	21 - RECÔNCAVO
Boa Nova Jequié Ibirataia Ubatã Gongogi Ipiaú Itamari Manoel Vitorino Nova Ibiá	22 - MÉDIO RIO DE CONTAS
Coribe Cocos Correntina São Félix do Coribe	23 - BACIA DO RIO CORRENTE
Glória Paulo Afonso	24 - ITAPARICA
Senhor do Bonfim Filadélfia Campo Formoso Andorinha Pindobaçu Jaguarari	25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
Vera Cruz Camaçari Itaparica Candeias Madre de Deus São Sebastião do Passé Mata de São João Simões Filho Lauro de Freitas	26 - METROPOLITANO DE SALVADOR

Fonte: SEMA/SPS

Dos 168 municípios que aderiram ao GAC, 15 estão qualificados para exercer sua gestão ambiental e 42 encaminharam processos ao Cepam e aguardam o reconhecimento da capacidade do município conforme previsto na Resolução nº 3.925 deste Conselho.

O principal desafio para a implantação do Programa é a demonstração do município de sua capacidade administrativa e técnica para a gestão ambiental nos termos da lei, possibilitando ao Estado delegar competências aos conselhos de defesa do meio ambiente criados por lei municipal, promover

as condições para a implantação dos sistemas de informação para o planejamento, licenciamento e cadastramento para acessibilidade dos municípios com os outros parceiros de gestão ambiental estatal, bem como capacitar e treinar os gestores e técnicos do meio ambiente local.

Com o objetivo de estruturar os sistemas municipais de meio ambiente e a adequação das estruturas ao programa, foram realizadas seis oficinas, treinamento com 65 técnicos e gestores acerca da documentação dos municípios e capacitados 32 servidores do sistema SEMA para apoio aos escritórios regionais do IMA, do Ingá e aos escritórios da Superintendência de Florestas e Unidades de Conservação – SFC.

Iguape Sustentável

A ação tem como objetivo apoiar a gestão integrada e participativa para povos e comunidades tradicionais na região do Baixo Paraguaçu e Baía do Iguape, em articulação com ações intergovernamentais, fomentando soluções sustentáveis de água e desenvolvimento.

Em 2009, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Contratação da Ufba para desenvolver o estudo do regime de vazões ambientais à jusante da Usina Hidroelétrica de Pedra do Cavalo, em andamento;
- Elaboração de Protocolo de Intenções do Ingá, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES;

- Articulação e mobilização para visita técnica da Comissão Executiva do Iguape – CEI à região;
- Mobilização de dez lideranças da região para participarem do Seminário Nordeste: Água e Desenvolvimento.

Comitês de Bacias Hidrográficas

O Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH é um dos órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo que atuam em uma bacia hidrográfica e que fazem parte do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O CBH é formado por representantes dos poderes públicos, da sociedade civil e por usuários da água. O CBH tem como uma das atribuições promover a participação desses segmentos na gestão integrada e participativa das águas.

Com o objetivo de democratizar o acesso à informação da sociedade de um modo geral sobre Comitês de Bacias Hidrográficas, o Ingá lançou o site específico sobre os CBH da Bahia (www.inga.ba.gov.br/comites).

O site (ilustrado na Figura 1) tem notícias atualizadas regularmente sobre os comitês, contendo dados gerais sobre o que é um comitê, como funciona, sua importância. Tem informações e dados sobre cada bacia hidrográfica, destacando características climáticas e geográficas. Possui mapas das bacias hidrográficas da Bahia, publicações que foram lançadas pelo Ingá e outras instituições e que são de interesse social. Para garantir a interatividade com os visitantes, o site disponibiliza e-mail de todos os CBH.



Oficina de Planejamento

Crédito: SEMA



Evento Dia da Mata Atlântica

Crédito: SEMA

FIGURA 1

SITE COMITÉS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS
BAHIA, 2009

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM

Referência nacional para promover o avanço na gestão ambiental no Estado da Bahia, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepram, criado no ano de 1973, por meio de reuniões periódicas, das manifestações de sua competência e do licenciamento ambiental de empreendimentos, destaca-se como um fórum para debates e deliberações que promove não somente a preservação e valorização do meio ambiente, mas também a cuidadosa análise dos diversos processos de licenciamento ambiental que são demandados em suas reuniões.

Cumprindo o seu regimento foi realizado o processo de escolha dos membros do Cepram para

o exercício do biênio 2009–2011, nomeados por Decreto Simples publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de junho de 2009.

Entre as apresentações discutidas no Cepram durante o ano destacamos:

- Projetos de usinas termoelétricas;
- Considerações sobre os estudos ambientais do Projeto de Expansão da Veracel Celulose S.A.;
- Projeto mínero-metalúrgico e aspectos da implantação do empreendimento mínero-industrial da Vanádio de Maracás Ltda.;
- Avaliação ambiental estratégica e avaliação de impacto ambiental;
- Energia renovável: principais aspectos, impactos e benefícios das pequenas centrais hidrelétricas;

- Energia eólica: aproveitamento do excelente potencial da Bahia;
- Aspectos do Plano Baixio – Complexo turístico residencial no município de Esplanada.

Em 2009, o Cepram realizou todas as reuniões ordinárias regimentais, o que demonstra o esforço do Estado

no engajamento das políticas públicas e da gestão participativa, bem como a preocupação e o cuidado com os procedimentos para aprovação dos processos de licenciamento ambiental, que visam, acima de tudo, promover o desenvolvimento do Estado mediante o estabelecimento de normas e padrões para a preservação dos recursos naturais. (Quadro 14).

QUADRO 14

**NÚMERO DE PROCESSOS DO CEPRAM
BAHIA, 2009**

NATUREZA DO PROCESSO	Nº DE PROCESSOS 2008	Nº DE PROCESSOS 2009
Licenciamento	37	28
Advertência	02	03
Recursos de Multa Indeferidos	11	12
Termos de Referência	18	06
Revisão de Condicionantes	02	03
Interdição Temporária	03	01
Proposta de Reestruturação do CEEA	-	01
Ad Referendum	-	05
Gestão Ambiental Compartilhada - GAC	-	15
Norma Técnica	-	01
Câmaras Técnicas	-	01

Fonte: SEMA/SPS

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA/BA

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, instituída pelo Decreto Estadual nº 9.803, de 28/04/2004, é um espaço de processos interativos que se configura como um amplo fórum democrático de debate, interlocução e articulação institucional e de coordenação das atividades de educação ambiental.

Composto por representantes de instituições das três instâncias governamentais, federal, estadual e municipal, e representantes dos setores não governamental, empresarial e sindical, realizou dez reuniões com foco na Política e no Programa Estadual de Educação Ambiental.

Entre as atividades realizadas pela CIEA/Ba destacam-se:

- Avaliação dos seminários de consulta pública da minuta da Lei de Educação Ambiental e do desempenho dos núcleos mobilizadores formados nos territórios de identidade;
- Revisão e aprovação do regimento interno elaborado pela Câmara Técnica do Regimento;
- Atividades da Câmara Técnica de Educação Ambiental no licenciamento;
- Atividades da Câmara Técnica de Educomunicação para programas de rádio e televisão;
- Atividades da Câmara Técnica de Saneamento junto às ações ao PAC;
- Realização de pesquisa pela Câmara Técnica de Pesquisa, Mapeamento e Diagnóstico, com as instituições que participaram dos seminários de consulta pública da minuta da Lei de Educação Ambiental.

